

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE, E. P. E.**Aviso (extrato) n.º 3002/2018**

Para os devidos efeitos, torna-se público que o procedimento concursal comum para o preenchimento de 14 (catorze) postos de trabalho na categoria de assistente da carreira especial médica e da carreira médica das áreas hospitalares de anestesiologia, cirurgia geral, medicina interna, ortopedia e psiquiatria, aberto através do aviso n.º 13152/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 211, de 02 de novembro, ficou deserto por inexistência de candidatos.

20 de fevereiro de 2018. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Dr. José Augusto Peixoto de Sousa Teixeira*.

311147677

Declaração de Retificação n.º 177/2018**Procedimento Concursal Comum para o preenchimento de 1 vaga para a categoria de Assistente Graduado Sênior da área de Medicina Interna, publicitado pelo Aviso n.º 12959/2017, de 27 de outubro.**

Por ter saído com inexistência o Aviso n.º 1724/2018, no *Diário da República*, 2.ª série, de 7 de fevereiro, relativo ao procedimento concursal, retifica-se que onde se lê:

«Para conhecimento dos interessados torna-se pública, após homologação por Deliberação do Conselho de Administração, de

25 de janeiro de 2018, da lista de classificação final do procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de Assistente Graduado Sênior de Medicina Interna da carreira especial médica e da carreira médica, do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E, aberto por Aviso n.º 12959/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de outubro.

Candidato aprovado:

Dr.ª Eugénia Maria Madureira Parreira: 15,6 valores»

deve ler-se:

«Para conhecimento dos interessados torna-se pública, após homologação por Deliberação do Conselho de Administração, de 25 de janeiro de 2018, da lista de classificação final do procedimento concursal para preenchimento de um posto de trabalho, na categoria de Assistente Graduado Sênior de Medicina Interna da carreira especial médica e da carreira médica, do mapa de pessoal da Unidade Local de Saúde do Nordeste, E. P. E, aberto por Aviso n.º 12959/2017, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 208, de 27 de outubro.

Candidato aprovado:

Dr.ª Eugénia Maria Madureira Parreira: 16,04 valores»

23 de fevereiro de 2018. — O Diretor do Serviço de Recursos Humanos, *Dr. José Augusto Peixoto Sousa Teixeira*.

311158425

**PARTE H****MUNICÍPIO DE ALCOUTIM****Edital (extrato) n.º 255/2018****Consulta pública do projeto de alteração do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação no Concelho de Alcoutim**

Oswaldo dos Santos Gonçalves, presidente da Câmara Municipal de Alcoutim, torna público, de harmonia com a deliberação do órgão executivo, tomada na sua reunião realizada em 28 de fevereiro de 2018 e nos termos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, que o projeto de alteração do Regulamento Municipal da Urbanização e Edificação no Concelho de Alcoutim encontra-se em consulta pública, durante 30 dias, a contar da data de publicação do presente edital no *Diário da República*.

O referido projeto de alteração do regulamento encontra-se disponível para consulta na Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística, Equipamentos, Ambiente e Serviços Urbanos, Rua D. Fernando, n.º 2, 8970-068 Alcoutim, todos os dias úteis e durante o horário normal de expediente, onde os interessados poderão apresentar por escrito, dirigidas ao presidente da Câmara Municipal, ou enviar por via postal para Rua do Município, n.º 12, 8970-066 Alcoutim, por fax 281 546 363 ou e-mail geral@cm-alcoutim.pt, durante o referido prazo, as observações ou sugestões que entenderem por convenientes.

Para constar e devidos efeitos se publica o presente edital e outros de igual teor, que além do *Diário da República* e do sítio eletrónico deste Município (www.cm-alcoutim.pt), vão ser afixados nos lugares públicos do costume.

28 de fevereiro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Oswaldo dos Santos Gonçalves*.

311168501

MUNICÍPIO DE CABECEIRAS DE BASTO**Aviso n.º 3003/2018****Alteração ao Plano Diretor Municipal de Cabeceiras de Basto**

Francisco Luís Teixeira Alves, Presidente da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto:

Torna público, nos termos e para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial sob a proposta da Câmara Municipal de Cabeceiras de Basto, aprovada na reunião de 7 de dezembro de 2017, a Assembleia Municipal na sessão realizada no dia 15 de dezembro de 2017, deliberou aprovar, por unanimidade, a versão final da 2.ª alteração do Plano Diretor Municipal de Cabeceiras de Basto, incluído regulamento e planta de ordenamento.

Torna ainda público, que nos termos do n.º 2 do artigo 192.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, a versão final da 2.ª alteração poderá ser consultada na página da Internet (<http://cabeceirasdebasto.pt>).

A referida Alteração entra em vigor no dia seguinte após a sua publicação na 2.ª série do *Diário da República*.

Para constar se lavrou o presente aviso e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo.

12 de janeiro de 2018. — O Presidente da Câmara, *Francisco Luís Teixeira Alves*.

Deliberação

Eng. Joaquim Barroso de Almeida Barreto, Presidente da Assembleia Municipal de Cabeceiras de Basto:

Certifica, que a ‘Alteração do Plano Diretor Municipal — segunda alteração’, foi presente à segunda sessão ordinária da Assembleia

Municipal de Cabeceiras de Basto, realizada no passado dia 14 de dezembro de dois mil e dezassete, tendo sido aprovada por unanimidade.

O referido é verdade.

Cabeceiras de Basto, 15 de janeiro de dois mil e dezoito. — O Presidente da Assembleia Municipal, *Joaquim Barroso de Almeida Barreto*, Eng.

Alteração ao Plano Diretor Municipal de Cabeceiras de Basto

Artigo 15.º

Classes de Espaço e Respetivas Categorias

1 — A classificação do solo urbano e do solo rural compreende as seguintes categorias e subcategorias de espaço, delimitadas na planta de ordenamento à escala 1:10.000:

Classes de espaço	Subcategorias de espaço	Níveis	
Solo Urbano	Solos Urbanizados	Aglomerados Urbanos Aglomerados Rurais de Interesse Patrimonial . . . Espaços de Atividades Económicas	Aglomerados Urbanos Nível I. Aglomerados Urbanos Nível II. Aglomerados Urbanos Nível III.
	Solos cuja Urbanização é possível Programar.	Áreas de Urbanização Programada Nível I Áreas de Urbanização Programada Nível II Áreas de Urbanização Programada Nível III Áreas de Atividades Económicas Programadas	
	Estrutura Ecológica Urbana		
Solo Rural	Espaços Agrícolas Espaços Florestais		
	Espaços de Exploração Mineira.	Área Licenciada	
		Área de Exploração Consolidada	Área de exploração consolidada de granito para fim ornamental. Área de exploração consolidada e complementar de granito para fim industrial.
		Área de Exploração Complementar Área de Potencial Área em Recuperação	Área de potencial para minérios metálicos.
	Espaços Naturais e de Especial Vocação Turística. Espaços Destinados a Infraestruturas Estrutura Ecológica	Estrutura Ecológica de Nível I Estrutura Ecológica de Nível II	

Artigo 17.º

Definição e Subcategorias

- 1 —
- 2 — Os solos urbanizados compreendem as seguintes subcategorias:
 - a)
 - b)
 - c) Espaços de Atividades Económicas.

SECÇÃO III

Espaços de Atividades Económicas

Artigo 22.º

Definição

Os espaços de atividades económicas são espaços urbanizados destinados às atividades económicas e suas funções complementares, nomeadamente indústria, comércio, armazéns, laboratórios de pesquisa e análise, depósitos, silos, oficinas, edifícios de natureza recreativa, desportiva, social e de serviços.

Artigo 23.º

Usos do Solo

1 — Os espaços de atividades económicas encontram-se identificados com essa designação na planta de ordenamento, e a sua ocupação total

ou parcial é obrigatoriamente precedida de operação de loteamento, elaborada nos termos da legislação em vigor, que defina as regras de ocupação para o espaço de atividade económica a ocupar.

2 —

Artigo 24.º

Regras de Edificabilidade

1 — Sem prejuízo da existência de outras imposições mais restritivas decorrentes da aplicação da legislação em vigor, as operações urbanísticas para estes espaços têm de obedecer aos seguintes parâmetros:

- a)
- b)
- c) A cêrcea não deverá ultrapassar 10 metros, excetuando-se as instalações técnicas quando devidamente justificadas;
- d)
- e) Excetua-se do disposto no número anterior, os casos em que, os edifícios nos lotes formem bandas contínuas.

2 — A fim de permitir um correto enquadramento paisagístico, as operações de loteamento para os espaços de atividades económicas terão de prever na sua área de intervenção e no seu perímetro uma faixa/cortina arbórea com a largura mínima de 5 metros, que permita mitigar os impactes paisagísticos.

3 —

Artigo 25.º

Definição e níveis

- 1 —
- 2 — Os espaços cuja urbanização é possível programar compreendem, consoante a densidade, acessos e infraestruturas, os seguintes níveis:
- a)
- b)
- c)
- d) Áreas de Atividades Económicas Programadas.

Artigo 27.º

Regras de Edificabilidade nas Áreas de Atividades Económicas Programadas

- 1 — As áreas de atividades económicas programadas destinam-se às atividades económicas e suas funções complementares, nomeadamente indústria, comércio, armazéns, laboratórios de pesquisa e análise, depósitos, silos, oficinas, edifícios de natureza recreativa, desportiva, social e de serviços.
- 2 — A ocupação total ou parcial das áreas de atividades económicas programadas é obrigatoriamente precedida de operação de loteamento, elaborada nos termos da legislação em vigor, que define as regras de ocupação para o espaço de atividade económica a ocupar.
- 3 —
- 4 —

Republicação**Regulamento do Plano Diretor Municipal de Cabeceiras de Basto****TÍTULO I
Disposições Gerais**

Artigo 1.º

Âmbito de Aplicação

O presente Regulamento estabelece as principais regras a que deve obedecer a ocupação, uso e transformação do solo e a garantia da qualidade ambiental, na área de intervenção do Plano Diretor Municipal de Cabeceiras de Basto, adiante designado por PDMCB.

Artigo 2.º

Objetivos

1 — A fim de aproximar o concelho dos níveis de desenvolvimento médios regionais e nacionais constitui objetivo global do PDMCB:

a) Consolidar a identidade do concelho no contexto regional reforçando níveis de qualificação urbana e ambiental, promovendo um território socialmente mais coeso a partir da valorização dos recursos naturais, culturais e turísticos.

2 — O objetivo global subdivide-se nos seguintes objetivos estratégicos:

- a) Reforçar a coesão social e territorial;
- b) Promover a defesa do ambiente de forma a aumentar a qualidade de vida, preservando a imagem do concelho;
- c) Dinamizar os setores económicos do concelho e promover a sua diversificação;
- d) Promover condições favoráveis ao desenvolvimento educativo, social e cultural;
- e) Dotar a administração municipal de maior capacidade de intervenção, para continuar a desempenhar o papel de elemento dinamizador da inovação e do desenvolvimento local.

Artigo 3.º

Composição

1 — O PDMCB é constituído por:

- a) Regulamento;
- b) Planta de ordenamento;
- c) Planta de condicionantes e as cartas anexas, que dela fazem parte integrante, relativas às áreas percorridas por incêndios e às áreas de risco de incêndio florestal.

2 — O PDMCB é acompanhado por:

- a) Estudos de caracterização do território municipal;
- b) Relatório fundamentando as soluções adotadas;

c) Programa contendo disposições indicativas sobre a execução das intervenções municipais previstas bem como sobre os meios de financiamento das mesmas;

d) Cartas anexas:

- d1) Carta de enquadramento;
- d2) Carta de declives;
- d3) Carta de hipsometria;
- d4) Carta de relevo sombreado;
- d5) Carta de orientação de encostas;
- d6) Carta de estrutura ecológica;
- d7) Carta das infraestruturas de saneamento básico;
- d8) Carta de equipamentos — educação e cultura;
- d9) Carta de ocupação do solo;
- d10) Carta de festos e talvegues;
- d11) Carta de hierarquia dos lugares centrais;
- d12) Carta de equipamentos — administração pública e proteção civil;
- d13) Carta de equipamentos — comércio, serviços e indústria;
- d14) Carta de equipamentos — desporto e lazer;
- d15) Carta de equipamentos — saúde e assistência social;
- d16) Carta de localização do património edificado e arqueológico;
- d17) Carta da rede viária;
- d18) Carta do ruído;
- d19) Carta da situação existente;
- d20) Carta das operações urbanísticas.

e) Relatório de ponderação dos resultados da discussão pública.

Artigo 4.º

Instrumentos de Gestão Territorial a Observar

É mantida em vigor, em tudo o que não contrariar o presente Regulamento e até ser revogada ou substituída por nova regulamentação, nos termos da legislação aplicável, a seguinte regulamentação:

a) Plano de Pormenor da Zona Industrial de Basto (Santa Senhorinha), ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 209/97 de 9 de dezembro;

b) Plano de Pormenor da Quinta do Mosteiro, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/98 de 14 de fevereiro;

c) Plano de Pormenor para a Revitalização da Aldeia de Busteliberne, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 119/2002 de 2 de outubro;

d) Plano de Urbanização da Vila do Arco de Baulhe, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 227/2007 de 26 de novembro;

e) Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega, publicado pelo Decreto Regulamentar n.º 3/2007 de 17 de janeiro;

f) Plano de Urbanização da Vila Sede do Concelho de Cabeceiras de Basto, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 108/2008 de 5 de junho.

Artigo 5.º

Definições

Para efeitos de aplicação do presente diploma, entende-se por:

a) Alinhamento: linha que em planta separa uma via pública dos edifícios existentes ou previstos ou dos terrenos contíguos, e que é definida pela interseção dos planos verticais das fachadas, muros ou vedações, com o plano horizontal dos arruamentos adjacentes;

b) Anexo: construção destinada a uso complementar da construção principal, como por exemplo garagens, arrumos, etc., mas nunca a uso habitacional;

c) Área bruta de construção: valor expresso em metros quadrados, resultante do somatório das áreas de todos os pavimentos, acima e abaixo do solo, medidas pelo extradorso das paredes exteriores com exclusão de sótãos não habitáveis, áreas destinadas a estacionamento, áreas técnicas (posto de transformação, central térmica, compartimentos de recolha de lixo, etc.), terraços, varandas, alpendres, galerias exteriores, arruamentos e outros espaços livres de uso público cobertos pela edificação;

d) Área de cedência média: valor obtido através do quociente entre a totalidade das áreas destinadas a infraestruturas e pequenos espaços públicos que irão servir diretamente o conjunto a edificar e parcelas de terreno destinadas a zonas verdes urbanas, equipamentos e vias sem construção adjacente, pela soma das superfícies brutas de todos os pisos acima e abaixo do solo destinados a edificação, independentemente dos usos existentes e admitidos pelo plano;

e) Área de implantação: Valor expresso em metros quadrados, do somatório das áreas resultantes da projeção no plano horizontal de todos os edifícios (residenciais e não residenciais), incluindo anexos, mas excluindo varandas e platibandas;

f) Cércea: dimensão vertical da construção, medida a partir do ponto de cota média do terreno marginal ao alinhamento da fachada até à linha

superior do beirado, platibanda ou guarda do terraço, incluindo andares recuados, mas excluindo acessórios: chaminés, casa de máquinas de ascensores, depósitos de água, etc.;

g) Cota de soleira: demarcação altimétrica do nível do pavimento da entrada principal do edifício. Quando o edifício se situa entre dois arruamentos a diferentes níveis com entradas em ambos, deve claramente ser indicado aquela que se considera a entrada principal;

h) Densidade habitacional: Valor expresso em fogos/hectare ou habitantes/hectare, correspondente ao quociente entre o número de fogos existentes ou previstos e a superfície de referência em causa;

i) Edificabilidade média: quociente entre a soma das superfícies brutas de todos os pisos acima e abaixo do solo destinados a edificação, independentemente dos usos existentes e admitidos pelo plano e a totalidade da área ou setor abrangido por aquele. Para efeitos da determinação do valor da edificabilidade média incluem-se, na soma das superfícies brutas dos pisos, as escadas, caixas de elevadores e alpendres e excluem-se os espaços livres de uso público cobertos pelas edificações, zonas de sótãos sem pé-direito regulamentar, terraços descobertos e estacionamento e serviços técnicos instalados nas caves dos edifícios;

j) Energias alternativas: Energia que é renovável e ecologicamente segura, tal como a energia das marés, do vento, solar, geotérmica, etc.;

k) Fachada: são as frentes de construção de um edifício que confrontam com arruamentos ou espaços públicos e privados. Identificam-se com as designações de fachada principal (onde se localiza a entrada principal), fachadas laterais esquerda e direita e fachada tardoz;

l) Índice de construção: multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório das áreas de construção e a superfície de referência onde se pretende aplicar de forma homogénea o índice. O índice de construção pode ser bruto, líquido ou ao lote, consoante a área base onde se pretende aplicar o índice: é a totalidade da área em causa; é a totalidade da área em causa com exclusão das áreas afetas a equipamentos públicos; é o somatório das áreas dos lotes (incluindo os logradouros privados, mesmo que eventualmente de uso coletivo);

m) Índice de implantação: Multiplicador urbanístico correspondente ao quociente entre o somatório da área de implantação das construções e a superfície de referência onde se pretende aplicar de forma homogénea o índice. O índice de implantação pode ser bruto, líquido ou ao lote, consoante a área base onde se pretende aplicar o índice: é a totalidade da área em causa; é a totalidade da área em causa com exclusão das áreas afetas a equipamentos públicos; é o somatório das áreas dos lotes (incluindo os logradouros privados, mesmo que eventualmente de uso coletivo);

n) Número de pisos: número máximo de andares ou pavimentos sobrepostos de uma edificação com exceção dos sótãos e caves sem frentes livres;

o) Restrição de utilidade pública: limitações ao direito de propriedade impostos por lei que visam a realização de interesses públicos abstratos;

p) Servidão administrativa: encargo imposto num prédio, mas em benefício ou proveito da utilidade pública de bens nominais, quer estes possam corresponder à noção de prédio quer não, como sucede com as estradas, as águas públicas, as linhas de transmissão e distribuição de energia, os aeródromos e aeroportos, as obras de fortificação militar, os paióis, etc.;

q) Unidade operativa de planeamento e gestão (UOPG): demarca áreas de intervenção de uma forma planeada ou pressuposta coerência, a serem tratadas a um nível de planeamento mais detalhado, com vista à sua execução ou à gestão;

r) Volumetria: Espaço contido pelos planos que não podem ser interceitados pela construção, e que são definidos em estudo volumétrico;

s) Zona de proteção: servidão administrativa, na qual não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente;

t) Zona especial de proteção: servidão administrativa, fixada por Portaria do órgão competente da Administração Central ou da Região Autónoma quando o bem aí se situar, para os imóveis classificados ou em vias de classificação, que poderá incluir uma zona *non aedificandi*, na qual não podem ser concedidas pelo município, nem por outra entidade, licenças para obras de construção e para quaisquer trabalhos que alterem a topografia, os alinhamentos e as cêrceas e, em geral, a distribuição de volumes e coberturas ou o revestimento exterior dos edifícios, sem prévio parecer favorável da administração do património cultural competente.

TÍTULO II Condicionantes

CAPÍTULO I

Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública

Artigo 6.º

Identificação

1 — As servidões administrativas e restrições de utilidade pública ao uso dos solos são as seguidamente identificadas:

a) Imóveis classificados e em vias de classificação:

a.1) Monumentos nacionais:

a.1.1) Ponte de Cavez, sobre o Rio Tâmega (identificado como n.º 1 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Decreto de 16 de junho de 1910, publicado no *Diário do Governo* n.º 136, de 23 de junho de 1910;

a.2) Imóveis de interesse público:

a.2.1) Pelourinho do Antigo Couto de Abadim (identificado como n.º 2 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Decreto n.º 23.122, publicado no *Diário do Governo* n.º 231 de 11 de outubro de 1933;

a.2.2) Casa da Breia (identificado como n.º 3 nas plantas de ordenamento e de condicionantes). Existe uma zona especial de proteção a este imóvel, identificada na planta de condicionantes:

Decreto n.º 2/96, publicado no *Diário da República* n.º 56, de 6 de março de 1996;

a.2.3) Ponte antiga sobre o Rio Moimenta (identificado como n.º 4 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Decreto n.º 29/90, publicado no *Diário da República* n.º 163, de 17 de julho de 1990;

a.2.4) Convento de Refojos (identificado como n.º 5 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Decreto n.º 23.011, publicado no *Diário do Governo* n.º 197, de 31 de agosto de 1933;

a.2.5) Pelourinho de Cabeceiras de Basto (identificado como n.º 6 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Decreto n.º 23.122, publicado no *Diário do Governo* n.º 231, de 11 de outubro de 1933;

a.3) Imóveis de interesse municipal:

a.3.1) Ponte do Arco de Baulhe (identificado como n.º 7 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Despacho de 7 de outubro de 1996;
Decreto n.º 67/97, publicado no *Diário da República* n.º 301, de 31 de dezembro de 1997;

a.4) Imóveis em vias de classificação:

a.4.1) Casa da Torre (identificado como n.º 8 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Está abrangido pelo artigo 27.º do Decreto n.º 20.985, de 7 de março de 1932;

Através do despacho de 10 de julho de 2001 do Senhor Vice-Presidente do IPPAR foi confirmada a abertura da instrução do processo de classificação;

a.4.2) Casa do Forno (identificado como n.º 9 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Está abrangido pelos artigos 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 205/88 de 16 de junho, pelo Decreto-Lei n.º 42/96 de 7 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 120/97 de 16 de maio;

Através do despacho de 23 de julho de 2004 do Senhor Presidente do IPPAR foi determinada a abertura do procedimento administrativo relativo à classificação do referido imóvel;

a.4.3) Casa e Quinta do Alvação (identificado como n.º 10 nas plantas de ordenamento e de condicionantes):

Está abrangido pelos artigos 36.º, 37.º, 42.º, 43.º e 45.º da Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 205/88 de 16 de

junho, pelo Decreto-Lei n.º 42/96 de 7 de maio e pelo Decreto-Lei n.º 120/97 de 16 de maio;

Através do despacho de 28 de setembro de 2006 da Senhora Vice-Presidente do IPPAR foi determinada a abertura do procedimento administrativo relativo à classificação da Casa e Quinta do Alvação;

a.5) Edifícios Públicos:

a.5.1) Capela de Santo António (identificado como n.º 11 na planta de condicionantes);

a.5.2) Igreja Paroquial de Alvite/Igreja de S. Pedro (identificado como n.º 12 na planta de condicionantes);

a.5.3) Igreja Paroquial de Arco de Baúlhe/Igreja de S. Martinho (identificado como n.º 13 na planta de condicionantes);

a.5.4) Capela de Nossa Senhora dos Remédios (identificado como n.º 14 na planta de condicionantes);

a.5.5) Estação de Caminhos de Ferro de Arco de Baúlhe (identificado como n.º 15 na plantas de condicionantes);

a.5.6) Antiga Escola Primária de Arco de Baúlhe/Jardim de Infância de Arco de Baúlhe (identificado como n.º 16 na planta de condicionantes);

a.5.7) Capela de Santa Luzia/Capela dos Aflitos (identificado como n.º 17 na planta de condicionantes);

a.5.8) Escola Primária de Arco de Baúlhe (identificado como n.º 18 na planta de condicionantes);

a.5.9) Igreja Paroquial de Basto/Igreja de Santa Senhorinha (identificado como n.º 19 na planta de condicionantes);

a.5.10) Capela do Calvário/Capela da Senhora do Ó (identificado como n.º 20 na planta de condicionantes);

a.5.11) Capela de Santo António (identificado como n.º 21 na planta de condicionantes);

a.5.12) Igreja Paroquial de Bucos/Igreja de São João Batista (identificado como n.º 22 na planta de condicionantes);

a.5.13) Igreja Paroquial de Cavez/Igreja de São João Batista (identificado como n.º 23 na planta de condicionantes);

a.5.14) Igreja Paroquial da Faia/Igreja de Santiago (identificado como n.º 24 na planta de condicionantes);

a.5.15) Igreja Paroquial de Gondiaes/Igreja de São Martinho (identificado como n.º 25 na planta de condicionantes);

a.5.16) Igreja Paroquial de Outeiro/Igreja de Santa Maria Maior (identificado como n.º 26 na planta de condicionantes);

a.5.17) Igreja Matriz de Painzela/Igreja de Santo André (identificado como n.º 27 na planta de condicionantes);

a.5.18) Escola Primária de Painzela (identificado como n.º 28 na planta de condicionantes);

a.5.19) Igreja Matriz de Passos/Igreja de São Sebastião (identificado como n.º 29 na planta de condicionantes);

a.5.20) Igreja Matriz de Pedraça/Igreja de Santa Marinha (identificado como n.º 30 na planta de condicionantes);

a.5.21) Capela de Santa Bárbara (identificado como n.º 31 na planta de condicionantes);

a.5.22) Mosteiro de São Miguel de Refojos de Basto (identificado como n.º 32 na planta de condicionantes);

a.5.23) Casa do Barão de Basto — Antigo Tribunal do Couto de Refojos de Basto (identificado como n.º 33 na planta de condicionantes);

a.5.24) Casa da Cadeia/Cadeia das Pereiras/Antiga Casa da Câmara (identificado como n.º 34 na planta de condicionantes);

a.5.25) Edifício do Lar Dr. Manuel Fraga (identificado como n.º 35 na planta de condicionantes);

a.5.26) Bairro da Santa Casa da Misericórdia de Refojos de Basto (identificado como n.º 36 na planta de condicionantes);

a.5.27) Hospital Júlio Henriques (identificado como n.º 37 na planta de condicionantes);

a.5.28) Antigo Quartel da GNR (identificado como n.º 38 na planta de condicionantes);

a.5.29) Capela de Nossa Senhora da Orada (identificado como n.º 39 na planta de condicionantes);

a.5.30) Igreja Paroquial de Riodouro/Igreja de Santo André (identificado como n.º 40 na planta de condicionantes);

a.5.31) Igreja Paroquial de Vila Nune/Igreja de Santo André (identificado como n.º 41 na planta de condicionantes);

a.5.32) Igreja Paroquial de Vilar de Cunhas/Igreja de São Lourenço (identificado como n.º 42 na planta de condicionantes);

b) Domínio público hídrico:

b.1) Leitões e margens dos cursos de água;

b.2) Albufeiras de águas públicas:

b.2.1) Lameirinho — Rio Ouro — Douro — Condicionada — Superfície reduzida:

Decreto Regulamentar n.º 2/88, publicado no *Diário da República* n.º 16, de 20 de janeiro de 1988;

b.3) Zonas inundáveis;

c) Linhas elétricas de média e alta tensão;

d) Vias de transporte e comunicações:

d.1) Estadas Nacionais:

d.1.1) A7/IC5;

d.1.2) Estradas nacionais n.º 205, n.º 206 e, n.º 210;

d.1.3) Estrada regional n.º 311.

d.2) Rede ferroviária.

e) Marcos geodésicos;

f) Reserva Agrícola Nacional;

g) Reserva Ecológica Nacional;

h) Áreas sujeitas ao regime florestal parcial:

h.1) Perímetro florestal da Serra da Cabreira, Decreto de 24 de dezembro de 1903;

i) Povoamentos florestais percorridos por incêndios;

j) Áreas florestais definidas nos planos de defesa da floresta contra incêndios de âmbito municipal ou intermunicipal;

k) Regime de proteção ao sobreiro e azinheira;

l) Servidão radioelétrica (faixa de desobstrução) — Proteção ao feixe hertziano Muro/Marão.

2 — Com exceção das áreas de sobreiro e da azinheira, por não disporem de expressão cartográfica, as condicionantes referidas no número anterior estão identificadas e delimitadas na planta de condicionantes à escala 1:10.000.

Artigo 7.º

Regime Jurídico

1 — O regime jurídico do uso, ocupação e transformação do solo nas áreas abrangidas pelas servidões e restrições identificadas no artigo anterior, obedece à legislação aplicável.

2 — Nas zonas de proteção e nas zonas especiais de proteção a imóveis classificados ou em vias de classificação os parâmetros de edificabilidade podem ser inferiores aos definidos no PDMCB.

3 — Nos terrenos com povoamentos florestais percorridos por incêndios, não incluídos no PDMCB em espaços classificados como urbanos, urbanizáveis ou industriais, ficam proibidas, pelo prazo de 10 anos, as seguintes ações:

a) A realização de obras de construção de quaisquer edificações;

b) O estabelecimento de quaisquer novas atividades agrícolas, industriais, turísticas ou outras que possam ter um impacto ambiental negativo.

4 — Nos terrenos em que tenha ocorrido corte ou arranque ilegal de povoamento de sobreiro ou azinheira é proibido, pelo prazo de 25 anos a contar da data do corte ou arranque:

a) Toda e qualquer conversão que não seja de imprescindível utilidade pública;

b) As operações relacionadas com edificação, obras de construção, obras de urbanização, loteamentos e trabalhos de remodelação dos terrenos, tal como definidas pelo regime jurídico da urbanização e edificação;

c) A introdução de alterações à morfologia do solo ou do coberto vegetal;

d) O estabelecimento de quaisquer novas atividades, designadamente agrícolas, industriais ou turísticas.

CAPÍTULO II

Outras Condicionantes

Artigo 8.º

Ruído

1 — As zonas mistas encontram-se delimitadas na planta de condicionantes.

2 — O uso, ocupação e transformação do solo, nesta zona, está sujeito ao estabelecido na legislação aplicável.

CAPÍTULO III

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega — PROFT

Artigo 9.º

Articulação do PDMCB com o Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega — PROFT

A área de intervenção do PDMCB está, para efeitos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega — PROFT, incluída nas

sub-regiões homogêneas da Cabreira, do Tâmega e do Tâmega-Sousa, cujos respetivos perímetros se encontram delimitados na planta de ordenamento.

Artigo 10.º

Objetivos específicos da sub-região homogénea Cabreira

1 — Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incremento das funções de produção, de silvopastorícia, caça e pesca das águas interiores e de proteção.

2 — A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Aumentar a superfície florestal arborizada com espécies de bom potencial produtivo bem adaptadas à região;
- b) Aumentar a superfície florestal arborizada com carvalhos e outras folhosas com junção de compartimentação do mosaico floresta;
- c) Adaptar as práticas silvícolas e maior rigor na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão;
- d) Aproveitar e potenciar as situações suscetíveis de uso silvopastoril;
- e) Minimizar o conflito entre as atividades silvopastoril e florestal;
- f) Potenciar a implementação de espécies florestais autóctones;
- g) Implementar nos espaços florestais sob gestão da administração pública, planos de gestão adequados e servindo de exemplos piloto para os proprietários particulares;
- h) Recorrer ao fogo controlado para reduzir a carga de combustível das áreas arborizadas e na gestão de matos e pastoreio;
- i) Ordenar, promover e regulamentar a exploração dos recursos não lenhosos como a pesca, a apicultura, os cogumelos silvestres, as plantas aromáticas e medicinais, entre outros;
- j) Adequar os espaços florestais à crescente procura de valores paisagísticos e de atividades de recreio e lazer.

3 — São ainda reconhecidos como objetivos específicos os seguintes programas regionais, aplicáveis a esta sub-região homogénea:

- a) Arborização e reabilitação de áreas florestais:
 - a.1) Arborização de espaços florestais não arborizados;
 - a.2) Restauração de ecossistemas degradados;
 - a.3) Condução da regeneração natural das folhas autóctones e adensamento da cortina riparia;
- b) Beneficiação de áreas florestais arborizadas:
 - b.1) Beneficiação de superfícies florestais arborizadas;
 - b.2) Recuperação após fogo;
 - b.3) Fogo Controlado;
 - b.4) Compartimentação/Acessibilidade;
 - b.5) Controlo de invasoras lenhosas;
- c) Atividades associadas:
 - c.1) Atividades de natureza em espaço florestal;
 - c.2) Regularização e beneficiação silvopastoril.

Artigo 11.º

Objetivos específicos da sub-região homogénea Tâmega

1 — Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incremento das funções de proteção, de produção e de recreio, enquadramento e estética da paisagem.

2 — A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Adaptar as práticas silvícolas e ser mais rigoroso na escolha das espécies, em situações de elevado risco de erosão;
- b) Favorecer a requalificação dos povoamentos florestais de forma a minimizar os problemas fitossanitários;
- c) Compartimentar as áreas arborizadas contínuas e/ou monoespecíficas através do aproveitamento da regeneração natural ou introdução de espécies autóctones menos suscetíveis aos incêndios ou ainda pela intercalação de áreas agrícolas ou de pastagens;
- d) Promover o ordenamento da silvopastorícia;
- e) Proteger os núcleos de quercíneas, e das manchas ripícolas, de elevado valor para a conservação da biodiversidade de fauna e flora;
- f) Recorrer ao fogo controlado para reduzir a carga de combustível das áreas arborizadas e na gestão de matos e pastoreio;
- g) Ordenar e promover a exploração dos recursos não lenhosos como a pesca, a apicultura, os cogumelos silvestres, as plantas aromáticas e medicinais, entre outros;
- h) Promover a produção de madeiras produtoras de lenho de qualidade nas áreas agrícolas abandonadas;

i) Diversificar a arborização utilizando preferencialmente espécies autóctones, que garantam áreas de baixo nível de combustível acumulado;

j) Dinamizar o aproveitamento dos espaços florestais com o objetivo de fomentar o potencial do turismo em espaço rural e o turismo de natureza, quando aplicável, aliado às paisagens do Vale do Tâmega;

k) Requalificar e proteger as faixas ribeirinhas.

3 — São ainda reconhecidos como objetivos específicos os seguintes programas regionais, aplicáveis a esta sub-região homogénea:

- a) Arborização e reabilitação de áreas florestais:
 - a.1) Arborização de espaços florestais não arborizados;
 - a.2) Restauração de ecossistemas degradados;
 - a.3) Condução da regeneração natural das folhas autóctones e adensamento da cortina riparia;
- b) Beneficiação de áreas florestais arborizadas:
 - b.1) Beneficiação de superfícies florestais arborizadas;
 - b.2) Recuperação após fogo;
 - b.3) Fogo Controlado;
 - b.4) Compartimentação/Acessibilidade;
 - b.5) Controlo de invasoras lenhosas;
- c) Consolidação da atividade florestal:
 - c.1) Certificação da gestão florestal;
 - c.2) Consolidação do movimento associativo;
- d) Atividades associadas:
 - d.1) Atividades de natureza em espaço florestal;
 - d.2) Ordenamento cinegético;
 - d.3) Dinamização e ordenamento aquícola.

Artigo 12.º

Objetivos específicos da sub-região homogénea Tâmega-Sousa

1 — Nesta sub-região homogénea visa-se a implementação e incremento das funções de produção, de recreio, enquadramento e estética da paisagem e de proteção.

2 — A fim de prosseguir as funções referidas no número anterior, são estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Promover a requalificação dos povoamentos florestais e inverter a degradação destes, bem como, a sua subexploração;
- b) Controlar e minimizar o avanço das invasoras lenhosas;
- c) Compartimentar as áreas arborizadas contínuas e/ou monoespecíficas através do aproveitamento da regeneração natural de espécies autóctones menos suscetíveis aos incêndios ou ainda pela intercalação de áreas agrícolas ou de pastagens;
- d) Conceber mecanismos de proteção do solo, devido ao excesso de mobilizações na sua exploração;
- e) Criar unidades de gestão com dimensão significativa, com especial incidência no fomento do associativismo;
- f) Diversificar a arborização, recorrendo a espécies ecologicamente bem adaptadas e que garantam áreas de baixo nível de combustível acumulado;
- g) Promover a defesa do espaço florestal da pressão urbanística, evitando a disseminação da mesma;
- h) Fomentar a plantação de árvores produtoras de madeiras nobres nas áreas agrícolas abandonadas;
- i) Fomentar a plantação de árvores de não rápido crescimento nos solos de melhor aptidão florestal, tendo em vista não só a produção de lenho de qualidade, bem como, a adaptação deste espaço florestal periurbano às necessidades sociais da população residente;
- j) Ordenar e promover a exploração dos recursos não lenhosos como a pesca, a apicultura, os cogumelos silvestres, as plantas aromáticas e medicinais, entre outros;
- k) Criar zonas de preservação ambiental como objetivos de recreio e lazer e nichos ecológicos, com especial preocupação em defender e proteger os núcleos de quercíneas, e as manchas ripícolas;
- l) Promover e estimular a educação ambiental das populações residentes e visitantes.

3 — São ainda reconhecidos como objetivos específicos os seguintes programas regionais, aplicáveis a esta sub-região homogénea:

- a) Arborização e reabilitação de áreas florestais:
 - a.1) Arborização de terras agrícolas.

TÍTULO III

Uso do Solo

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Artigo 13.º

Classificação do Solo

Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo, é estabelecida a seguinte classificação:

- a) Solo Urbano;
b) Solo Rural.

Artigo 14.º

Estrutura Ecológica

A Estrutura Ecológica organiza-se territorialmente num *continuum naturale*, que atravessa o concelho de Cabeceiras de Basto, e inclui as áreas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, que garantem a salvaguarda dos ecossistemas e a intensificação dos processos biofísicos, sendo constituída pela reunião dos solos afetos à estrutura ecológica em solo urbano e à estrutura ecológica em solo rural.

Artigo 15.º

Classes de Espaço e Respetivas Categorias

1 — A classificação do solo urbano e do solo rural compreende as seguintes categorias e subcategorias de espaço, delimitadas na planta de ordenamento à escala 1:10.000:

Classes de espaço	Subcategorias de espaço	Níveis	
Solo Urbano	Solos Urbanizados	Aglomerados Urbanos	Aglomerados Urbanos Nível I. Aglomerados Urbanos Nível II. Aglomerados Urbanos Nível III.
		Aglomerados Rurais de Interesse Patrimonial. . . Espaços de Atividades Económicas	
	Solos cuja Urbanização é possível Programar.	Áreas de Urbanização Programada Nível I Áreas de Urbanização Programada Nível II Áreas de Urbanização Programada Nível III. . . . Áreas de Atividades Económicas Programadas	
	Estrutura Ecológica Urbana		
Solo Rural	Espaços Agrícolas Espaços Florestais		
	Espaços de Exploração Mineira.	Área Licenciada	
		Área de Exploração Consolidada	Área de exploração consolidada de granito para fim ornamental. Área de exploração consolidada e complementar de granito para fim industrial.
		Área de Exploração Complementar Área de Potencial Área em Recuperação	Área de potencial para minérios metálicos.
	Espaços Naturais e de Especial Vocação Turística. Espaços Destinados a Infraestruturas. Estrutura Ecológica	Estrutura Ecológica de Nível I Estrutura Ecológica de Nível II	

2 — Às classes, categorias e subcategorias do quadro anterior, podem aplicar-se as regras do uso, ocupação e transformação do solo, decorrentes das componentes do ordenamento do território indicadas no quadro seguinte:

Classes de espaço	Subcategorias de espaço	Níveis	
Outras Componentes do Ordenamento do Território	Áreas destinadas a Infraestruturas	Sistemas Públicos de Saneamento Básico Pista de Aeronaves	
		Rede Rodoviária.	Rede Rodoviária Estruturante. Rede Rodoviária Complementar. Rede Rodoviária Secundária.
		Energias Alternativas	
Património Edificado e Arqueológico.			

Classes de espaço	Subcategorias de espaço	Níveis
	UOPG 1 — Carrzedo UOPG 2 — Lameiros UOPG 3 — S. Martinho UOPG 4 — Área Industrial de Morgade	

CAPÍTULO II

Solo Urbano

Artigo 16.º

Classes de Espaço e Respetivas Categorias

1 — A qualificação do solo urbano integra as seguintes classes de espaços, delimitadas na Planta de Ordenamento à escala 1:10.000:

- Solos urbanizados;
- Solos cuja urbanização é possível programar;
- Solos afetos à estrutura ecológica urbana.

2 — Os solos urbanizados, cuja urbanização é possível programar e afetos à estrutura ecológica urbana definem o perímetro urbano, que se encontra representado graficamente na Planta de Ordenamento.

SUBCAPÍTULO I

Solos Urbanizados

Artigo 17.º

Definição e Subcategorias

1 — Os solos urbanizados são aqueles que têm vocação urbana.
 2 — Os solos urbanizados compreendem as seguintes subcategorias:

- Aglomerados urbanos;
- Aglomerados rurais de interesse patrimonial;
- Espaços de Atividades Económicas.

SECÇÃO I

Aglomerados Urbanos

Artigo 18.º

Definição e Níveis

1 — Considera-se aglomerado urbano o núcleo de edificações autorizadas e respetiva área envolvente provido de vias públicas pavimentadas, servido por rede de abastecimento de água e drenagem de esgoto, e que se encontra delimitado na planta de ordenamento à escala 1:10.000;

2 — Os aglomerados urbanos compreendem, consoante a densidade habitacional, acessos e infraestruturas, os seguintes níveis:

- Aglomerado urbano de nível I;
- Aglomerado urbano de nível II;
- Aglomerado urbano de nível III.

Artigo 19.º

Regras de Edificabilidade

1 — Nos aglomerados urbanos e em áreas que se encontrem maioritariamente edificadas, quer as novas construções, quer a ampliação de construções existentes devem integrar-se harmoniosamente no tecido urbano constituído e respeitar as cêrceas, os alinhamentos, as volumetrias e os afastamentos definidos pelas edificações existentes no espaço onde se inserem.

2 — Nos aglomerados urbanos e em áreas que não se encontrem maioritariamente edificadas, as novas construções devem obedecer aos seguintes parâmetros de edificabilidade:

Categorias	Parâmetros de edificabilidade	
	Índice de implantação líquido (máximo)	Número máximo de pisos
Aglomerado urbano de nível I	0,5	4
Aglomerado urbano de nível II	0,4	3
Aglomerado urbano de nível III	0,3	2

3 — As operações de loteamento a promover nos aglomerados urbanos devem obedecer aos seguintes parâmetros de edificabilidade:

Categorias	Parâmetros de edificabilidade			
	Densidade habitacional bruta máxima (fogos/hectare)	Índice de implantação bruto (máximo)	Índice de construção bruto (máximo)	Número máximo de pisos
Aglomerado urbano de nível I	40	0,5	1,0	4
Aglomerado urbano de nível II	25	0,4	0,7	3
Aglomerado urbano de nível III	10	0,3	0,5	2

4 — A construção, alteração e ampliação dos estabelecimentos industriais no interior dos aglomerados urbanos, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, só poderão ser licenciadas ou autorizadas desde que se verifiquem cumulativamente as seguintes condições:

- Desde que enquadráveis nas tipologias 3 e 4 ou que visem a melhoria das condições ambientais;
- Não deem lugar a vibrações, ruídos, mau cheiro, fumo, resíduos poluentes, nem degradem as condições de salubridade do meio envolvente;
- Não agravem visivelmente as condições de circulação de veículos ou peões na via pública;
- Garantam a ausência de riscos sensíveis de toxicidade, incêndio ou explosão;
- A sua dimensão, medida através da área bruta da construção, incluindo armazéns e anexos, não ultrapasse 800 m².
- Não criem efeitos prejudiciais à imagem e ambiente da zona em que se inserem.

5 — A construção de anexos de apoio à construção principal é permitida, desde que:

- Se verifique não advir daí prejuízo para o bom aspeto e condições de salubridade e segurança de todas as edificações direta ou indiretamente afetadas;
- A cêrcea não ultrapasse 3,0 metros;
- A área de implantação não exceda 10 % da área do logradouro.

SECÇÃO II

Aglomerados Rurais de Interesse Patrimonial

Artigo 20.º

Definição

Designam-se por aglomerados rurais de interesse patrimonial o núcleo de edificações e respetiva área envolvente que, embora possam ser objeto de novas construções, se encontram sujeitos a condicionamentos resultantes do valor arquitetónico do conjunto em que se inserem, o qual deverá ser salvaguardado.

Artigo 21.º

Regras de Edificabilidade

1 — Nos aglomerados rurais com interesse patrimonial as novas construções e obras de beneficiação, alteração ou ampliação terão que respeitar as características dos aglomerados em que se inserem, nomeadamente:

- As cêrceas do conjunto, alinhamentos, volumetrias e afastamentos definidos pelas edificações existentes no espaço onde se inserem;
- As fachadas em alvenaria de granito da região;
- As caixilharias e guarnições em madeira ou ferro;
- A não utilização de estores;
- A inclinação das coberturas de 33 %;

- f) O revestimento das coberturas com telha cerâmica à cor natural;
g) Os muros de vedação e suporte sejam em alvenaria de granito da região.

2 — A utilização de outros materiais poderá ser admitida em casos devidamente fundamentados e desde que da sua aplicação não resulte manifesto prejuízo para a imagem do conjunto.

SECÇÃO III

Espaços de Atividades Económicas

Artigo 22.º

Definição

Os espaços de atividades económicas são espaços urbanizados destinados às atividades económicas e suas funções complementares, nomeadamente indústria, comércio, armazéns, laboratórios de pesquisa e análise, depósitos, silos, oficinas, edifícios de natureza recreativa, desportiva, social e de serviços.

Artigo 23.º

Usos do Solo

1 — Os espaços de atividades económicas encontram-se identificados com essa designação na planta de ordenamento, e a sua ocupação total ou parcial é obrigatoriamente precedida de operação de loteamento, elaborada nos termos da legislação em vigor, que defina as regras de ocupação para o espaço de atividade económica a ocupar.

2 — Nestes espaços apenas será permitida a instalação de estabelecimentos industriais dos tipos 2, 3 e 4.

Artigo 24.º

Regras de Edificabilidade

1 — Sem prejuízo da existência de outras imposições mais restritivas decorrentes da aplicação da legislação em vigor, as operações urbanísticas para estes espaços têm de obedecer aos seguintes parâmetros:

- a) Área de implantação igual ou inferior a 60 %;
b) Deverá ser garantida a não impermeabilização da totalidade do lote, pelo que será exigida a manutenção de uma área permeável correspondente a 10 % da área do lote;
c) A cêrcea não deverá ultrapassar 10 metros, excetuando-se as instalações técnicas quando devidamente justificadas;
d) O afastamento das fachadas da edificação principal ao limite do lote é igual ou superior à sua cêrcea e nunca inferior a 5 metros, destinando-se esta área para acessos, ajardinamento, estacionamento e parque descoberto de materiais;
e) Excetuam-se do disposto no número anterior, os casos em que, os edifícios nos lotes formem bandas contínuas.

2 — A fim de permitir um correto enquadramento paisagístico, as operações de loteamento para os espaços de atividades económicas terão de prever na sua área de intervenção e no seu perímetro uma faixa/cortina arbórea com a largura mínima de 5 metros, que permita mitigar os impactes paisagísticos.

3 — Quando a operação urbanística a realizar se situe em área abrangida por operação de loteamento o disposto no número anterior não será aplicável.

SUBCAPÍTULO II

Solos cuja Urbanização é Possível Programar

Artigo 25.º

Definição e níveis

1 — Os espaços cuja urbanização é possível programar são todos aqueles que se destinam à edificação de habitação, comércio, turismo, estabelecimentos industriais de tipologia adequada, serviços e equipamentos, e cuja urbanização seja possível programar.

2 — Os espaços cuja urbanização é possível programar compreendem, consoante a densidade, acessos e infraestruturas, os seguintes níveis:

- a) Áreas de urbanização programada de nível I;
b) Áreas de urbanização programada de nível II;
c) Áreas de urbanização programada de nível III;
d) Áreas de Atividades Económicas Programadas.

Artigo 26.º

Regras de Edificabilidade nas Áreas cuja Urbanização é Possível Programar

1 — Nas áreas cuja urbanização é possível programar não submetidas a planos de urbanização, planos de pormenor e operações de loteamento devem ser cumpridos os seguintes parâmetros de edificabilidade:

Categorias	Parâmetros de edificabilidade	
	Índice de implantação líquido (máximo)	Número máximo de pisos
Área de urbanização programada de nível I	0,5	3
Área de urbanização programada de nível II	0,4	3
Área de urbanização programada de nível III	0,3	2

2 — Nas áreas cuja urbanização é possível programar submetidas a planos de urbanização, planos de pormenor ou operações de loteamento devem ser cumpridos os seguintes parâmetros de edificabilidade:

Categorias	Parâmetros de edificabilidade			
	Densidade habitacional bruta máxima (fogos/hectare)	Índice de implantação bruto (máximo)	Índice de construção bruto (máximo)	Número máximo de pisos
Área de urbanização programada de nível I	30	0,5	0,7	3
Área de urbanização programada de nível II	20	0,4	0,6	3
Área de urbanização programada de nível III	10	0,3	0,4	3

Artigo 27.º

Regras de Edificabilidade nas Áreas de Atividades Económicas Programadas

1 — As áreas de atividades económicas programadas destinam-se às atividades económicas e suas funções complementares, nomeadamente indústria, comércio, armazéns, laboratórios de pesquisa e análise, depósitos, silos, oficinas, edifícios de natureza recreativa, desportiva, social e de serviços.

2 — A ocupação total ou parcial das áreas de atividades económicas programadas é obrigatoriamente precedida de operação de loteamento, elaborada nos termos da legislação em vigor, que defina as regras de ocupação para o espaço de atividade económica a ocupar.

3 — Nestes espaços apenas é permitida a instalação de estabelecimentos industriais dos tipos 2, 3 e 4.

4 — Sem prejuízo da existência de outras imposições mais restritivas decorrentes da aplicação da legislação em vigor, as operações de loteamento para estas áreas terão de respeitar os parâmetros enunciados no artigo 24.º

SUBCAPÍTULO III

Estrutura Ecológica Urbana

Artigo 28.º

Definição

1 — São considerados espaços afetos à estrutura ecológica urbana todos os sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, necessários ao equilíbrio do sistema urbano, sem prejuízo da legislação relativa à RAN e REN.

2 — Nos espaços afetos a esta estrutura, englobam-se, entre outros, todos os espaços verdes, designadamente as alamedas, praças, jardins públicos, largos, parques urbanos, zonas de lazer, cortinas arbóreas e, áreas adjacentes a linhas de água.

3 — Estes espaços constituem locais privilegiados para atividades de animação e lazer da população pelo que preferencialmente são os escolhidos para a instalação de mobiliário e equipamento que satisfaça aquelas necessidades.

Artigo 29.º

Objetivos

1 — Os espaços afetos à estrutura ecológica urbana visam:

- a) Proteger e valorizar recursos naturais, potencialidades biofísicas e valores paisagísticos e patrimoniais;
- b) Promover a constituição de corredores ecológicos, necessários à continuidade dos ecossistemas naturais;
- c) Promover a melhoria das condições ambientais e paisagísticas dos aglomerados populacionais;
- d) Assegurar a satisfação das necessidades da população em atividades de recreio e lazer ao ar livre.

Artigo 30.º

Regras de Uso e Ocupação

1 — Nestes espaços deve ser mantida a predominância de elementos naturais, nomeadamente em termos de matéria vegetal que deverá estar presente em pelo menos 50 % do espaço em causa.

2 — Nos espaços afetos à estrutura ecológica urbana são proibidos aterros, escavações e destruição do coberto vegetal que destruam ou diminuam as potencialidades existentes.

3 — É interdita a realização de operações de loteamento nestes espaços.

4 — Para além dos pavimentos, muros, muretes, acabamentos de construção e mobiliário urbano, são permitidos os seguintes elementos construídos desde que não impermeabilizem mais de 50 % de cada espaço individualmente:

- a) Quiosques com uma área bruta máxima de 15 m², construídos em materiais compatíveis;
- b) Estabelecimentos de restauração e bebidas, com uma área bruta de construção máxima de 150 m², construídos em materiais compatíveis;
- c) Equipamentos de lazer ao ar livre, com uma área bruta de construção máxima de 300 m², em materiais compatíveis e permeáveis;
- d) Esplanadas;
- e) Parques infantis;
- f) Elementos escultóricos;
- g) Elementos relacionados com água, designadamente tanques, fontes, repuxos, etc.;
- h) Outros elementos com interesse.

5 — Para qualquer construção a altura máxima é de 3,5 m e o número máximo de pisos é de 1.

6 — A recuperação e ampliação de construções existentes poderão ser permitidas, sendo que, no caso das obras de ampliação, estas não poderão exceder 20 % da área de construção existente.

7 — Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores deve ser demonstrada a necessidade funcional e social e o enquadramento paisagístico da pretensão.

CAPÍTULO III**Solo Rural**

Artigo 31.º

Categorias

A classificação do solo rural integra as seguintes categorias, delimitadas na Planta de Ordenamento à escala 1:10.000:

- a) Espaços agrícolas;
- b) Espaços florestais;
- c) Espaços de exploração mineira;
- d) Espaços naturais e de especial vocação turística;
- e) Espaços destinados a infraestruturas;
- f) Estrutura ecológica.

Artigo 32.º

Regras Gerais de Edificabilidade

1 — Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor só poderão ser autorizadas novas construções nos espaços agrícolas e florestais não incluídos em RAN, REN e Regime Florestal, desde que sejam observadas cumulativamente as seguintes condições:

a) Para habitação:

a.1) A parcela de terreno em que se situa, possua uma área maior ou igual a 3.000 m² no caso dos espaços agrícolas e, 30.000 m² no caso dos espaços florestais;

a.2) Cércea máxima de 6,5 metros;

a.3) Máximo de 2 pisos;

a.4) Área bruta máxima de construção de 400 m²;

a.5) Sejam garantidos pelo interessado o acesso automóvel, os abastecimentos de água potável e de energia elétrica, bem como a eficaz depuração dos esgotos;

b) Para instalações adstritas às explorações agrícolas e florestais:

b.1) A parcela de terreno em que se situa, possua uma área maior ou igual a 1.000 m² no caso dos espaços agrícolas e, 30.000 m² no caso dos espaços florestais;

b.2) Cércea máxima de 4,5 metros;

b.3) Máximo de 1 piso;

b.4) Área bruta máxima de construção de 200 m²;

b.5) Sejam garantidos pelo interessado o acesso automóvel, os abastecimentos de água potável e de energia elétrica, bem como a eficaz depuração dos esgotos;

b.6) Excepcionalmente, quando a Câmara Municipal reconheça o interesse económico do projeto e as características da paisagem o aconselhem, poderão ser admitidas áreas brutas de construção superiores a 200 m², desde que para o efeito seja assegurada a realização das infraestruturas (saneamento básico e acessibilidades) e as respetivas ligações aos sistemas municipais ou, não sendo estas possíveis, através de uma solução autónoma a aprovar pela Câmara Municipal;

c) Para instalações destinadas a agropecuárias:

c.1) A parcela de terreno em que se situa, possua uma área maior ou igual a 3.000 m² no caso dos espaços agrícolas e, 30.000 m² no caso dos espaços florestais;

c.2) Cércea máxima de 4,5 metros;

c.3) Máximo de 1 piso;

c.4) Área bruta máxima de construção de 300 m²;

c.5) Afastamento mínimo aos aglomerados urbanos de 250 metros;

c.6) O tratamento bacteriológico e químico dos efluentes da instalação agropecuária seja previamente assegurado através de sistemas autónomos;

c.7) Sejam implantadas cortinas arbóreas ou arbustivas no limite da parcela e no interior da sua área de intervenção com a largura mínima de 5 metros, que permita mitigar os impactos paisagísticos desfavoráveis;

c.8) Excepcionalmente, quando a Câmara Municipal reconheça o interesse económico do projeto e as características da paisagem o aconselhem, poderão ser admitidas áreas brutas de construção superiores a 300 m², desde que para o efeito seja assegurada a realização das infraestruturas (saneamento básico e acessibilidades) e as respetivas ligações aos sistemas municipais ou, não sendo estas possíveis, através de uma solução autónoma a aprovar pela Câmara Municipal;

d) Para instalações destinadas a estabelecimentos industriais cuja atividade seja afim com os espaços agrícolas e florestais:

d.1) A parcela de terreno em que se situa, possua uma área maior ou igual a 3.000 m² no caso dos espaços agrícolas e, 30.000 m² no caso dos espaços florestais;

d.2) Sejam garantidos pelo interessado o acesso automóvel, os abastecimentos de água potável e de energia elétrica;

d.3) O tratamento bacteriológico e químico dos efluentes da instalação industrial seja previamente assegurado através de sistemas autónomos;

d.4) A cércea não ultrapasse em nenhum ponto das fachadas 8 metros acima do terreno natural, exceto para as instalações técnicas quando devidamente justificadas;

d.5) Área bruta máxima de construção de 400 m²;

d.6) Sejam implantadas cortinas arbóreas ou arbustivas no limite da parcela e no interior da sua área de intervenção com a largura mínima de 5 metros, que permita mitigar os impactos paisagísticos;

d.7) Excepcionalmente, quando a Câmara Municipal reconheça o interesse económico do projeto e as características da paisagem o aconselhem, poderão ser admitidas áreas brutas de construção superiores a 400 m², desde que para o efeito seja assegurada a realização das infraestruturas (saneamento básico e acessibilidades) e as respetivas ligações aos sistemas municipais ou, não sendo estas possíveis, através de uma solução autónoma a aprovar pela Câmara Municipal.

2 — Só poderá ser autorizada a construção de novas edificações destinadas a equipamentos sociais ou desportivos e empreendimentos turísticos em espaços agrícolas, florestais e naturais de especial vocação turística, desde que não estejam inseridos em RAN, REN e Regime Florestal e, cumpram cumulativamente, além das normas relativas à defesa da floresta contra incêndios, as disposições legais vigentes aplicáveis e os seguintes requisitos:

a) Se tratem de estabelecimentos ou equipamentos turísticos e desportivos que contribuam para a valorização e aproveitamento da área;

- b) Como tal sejam reconhecidos pela Câmara Municipal;
- c) A área mínima afeta ao empreendimento seja igual ou superior a 15.000 m²;
- d) A cêrcea seja inferior a 7 metros e o índice de construção do solo não exceda 0,1;
- e) Sejam garantidos pelo interessado o acesso automóvel, os abastecimentos de água potável e de energia elétrica, bem como a eficaz depuração dos esgotos;
- f) Seja aprovado pela Câmara Municipal um projeto de enquadramento paisagístico.

3 — Quando legalmente admissível, nos espaços afetos à estrutura ecológica só poderão ser autorizadas novas construções, desde que observadas as seguintes condições:

- a) Estabelecimentos de restauração e bebidas, com uma área bruta de construção máxima de 100 m², construídos em materiais compatíveis;
- b) Equipamentos de lazer e estruturas de apoio, com uma área bruta de construção máxima de 300 m², em materiais compatíveis e permeáveis;
- c) Elementos relacionados com a água, designadamente açudes, etc.;
- d) Muros e outros elementos existentes;
- e) A altura máxima não ultrapasse 3,5 m e o número máximo de pisos 1;
- f) Seja demonstrada a necessidade funcional e social e o enquadramento paisagístico da pretensão, da qual não podem resultar prejuízos para os valores a proteger.
- g) A recuperação e ampliação de construções existentes poderão ser permitidas, sendo que, no caso das obras de ampliação, estas não poderão em caso algum levar a que sejam ultrapassados os limites referidos nas alíneas anteriores.

4 — Nos espaços agrícolas, florestais e naturais de especial vocação turística sujeitos ao regime da Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e Regime Florestal, apenas poderão ser efetuadas alterações ao uso do solo nos termos previstos pela legislação em vigor e desde que respeitem a cêrcea e a área bruta definida no n.º 1 do presente artigo.

5 — É interdita a edificabilidade nos espaços florestais, nos terrenos classificados no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, com risco de incêndio elevado e muito elevado.

6 — A edificabilidade nos terrenos classificados no Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, com menor risco, terá de assegurar a implementação de medidas de proteção previstas na legislação aplicável.

SUBCAPÍTULO I

Espaços Agrícolas

Artigo 33.º

Definição

1 — Os espaços agrícolas são aqueles que possuem características mais adequadas para o desenvolvimento de atividades agrícolas ou com estas conexas.

2 — Esta classe de espaços inclui, para além de outras áreas de uso agrícola, as áreas do concelho classificadas como Reserva Agrícola Nacional e Reserva Ecológica Nacional, pelo que nas situações referentes aos espaços contidos naquelas Reservas terão necessariamente de ser observadas as condicionantes e restrições impostas pela legislação em vigor.

3 — Os espaços agrícolas destinam-se preferencialmente ao desenvolvimento de atividades agrícolas.

4 — Nos espaços agrícolas são, permitidas ações de povoamento e repovoamento florestal, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 34.º

Regime de Edificabilidade

Quando legalmente admissível, observar-se-ão os condicionalismos constantes no artigo 32.º deste regulamento.

SUBCAPÍTULO II

Espaços Florestais

Artigo 35.º

Definição

1 — Os espaços florestais são áreas nas quais o uso do solo é predominantemente destinado à produção florestal, à preservação do equilíbrio ambiental ou à valorização paisagística do espaço.

2 — Esta classe de espaços está, para efeitos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega — PROFIT, incluída nas sub-regiões homogêneas da Cabreira, do Tâmega e do Tâmega-Sousa, devendo os usos e atividades permitidas nestas sub-regiões prosseguir os objetivos específicos definidos nos artigos 10.º, 11.º e 12.º, respetivamente, do presente regulamento.

3 — Esta classe de espaços inclui, para além de outras áreas de uso florestal, as áreas do concelho classificadas como Reserva Ecológica Nacional, pelo que nas situações referentes aos espaços contidos naquela Reserva terão necessariamente de ser observadas as condicionantes e restrições impostas pela legislação em vigor.

Artigo 36.º

Ações de Repovoamento Florestal

Sem prejuízo das exigências estabelecidas pela legislação em vigor, as ações de repovoamento florestal deverão ser realizadas de forma a não degradarem os recursos existentes.

Artigo 37.º

Regime de Edificabilidade

Nestes espaços e quando seja legalmente admissível a edificação, observar-se-ão os condicionalismos constantes no artigo 32.º deste regulamento.

Artigo 38.º

Espaços Florestais com Potencial de Prospeção para Minerais Metálicos

Estes espaços são áreas de reconhecido potencial geológico em que o aprofundar do seu conhecimento as torna passíveis de dar origem a eventuais áreas de exploração, e têm o seu perímetro definido na planta de ordenamento.

SUBCAPÍTULO III

Espaços de Exploração Mineira

Artigo 39.º

Definição

Designam-se por espaços de exploração mineira os destinados à pesquisa e exploração de massas minerais.

Artigo 40.º

Categorias

No PDMCB os espaços de exploração mineira integram as seguintes categorias:

a) Área Licenciada: área para a qual já existem direitos de exploração de recursos geológicos do domínio privado;

b) Área de Exploração Consolidada: área onde ocorre uma atividade produtiva significativa, e cujo desenvolvimento deverá ser objeto de uma abordagem global, tendo em vista o aproveitamento do recurso geológico dentro dos valores de qualidade ambiental. Pode incluir áreas concessionadas, licenciadas e outras áreas adjacentes para a progressão da atividade;

c) Área de Exploração Complementar: área de exploração que poderá, ou não, ser adjacente à área de exploração consolidada consigo relacionada. O ritmo e as áreas de exploração serão condicionadas pelo nível de esgotamento das reservas disponíveis e/ou pela evolução da recuperação paisagística das respetivas áreas de exploração consolidada;

d) Área potencial: área de reconhecido potencial geológico, em que o aprofundar do seu conhecimento a torna passível de dar origem a eventuais «Áreas de Exploração»;

e) Área em Recuperação: área já explorada onde se deve proceder à recuperação paisagística para posterior desafetação do espaço de exploração mineira.

Artigo 41.º

Condições de Acesso e Abandono

1 — O acesso e o abandono da atividade de pesquisa e de exploração de recursos geológicos fazem-se no âmbito do cumprimento da legislação aplicável.

2 — Sem prejuízo do disposto na legislação específica em vigor, a atividade de exploração de recursos geológicos é compatível com o uso dos seguintes espaços:

- a) Espaços Agrícolas; e
- b) Espaços Florestais.

3 — O desenvolvimento da atividade de exploração de recursos geológicos (massas minerais), quando localizada em terrenos submetidos ao Regime Florestal, carece de parecer da respetiva entidade de tutela.

Artigo 42.º

Identificação

1 — Encontram-se devidamente assinalados na planta de ordenamento à escala 1:10.000 as seguintes áreas de exploração mineira:

- a) Áreas de exploração consolidada de granito para fim ornamental;
- b) Perímetro com potencial para minérios metálicos.

Artigo 43.º

Regime de Edificabilidade

É admissível a instalação de anexos e de outros estabelecimentos industriais que se prendam com a atividade transformadora afim.

SUBCAPÍTULO IV

Espaços Naturais e de Especial Vocação Turística

Artigo 44.º

Definição

Os espaços naturais e de especial vocação turística são constituídos por áreas com características ecológicas e paisagísticas que lhes conferem, no contexto concelhio ou supra concelhio, especial vocação para a conservação do ambiente natural ou cultural subjacente ou para a prática de atividades lúdicas e recreativas.

Artigo 45.º

Identificação

1 — Incluem-se nesta classe de uso do solo as áreas que englobam parte da Serra da Cabreira; a Zona de Pesca Reservada no troço do Rio Tâmega compreendido entre o limite do concelho de Cabeceiras de Basto, freguesia de Cavez, concelho de Cabeceiras de Basto, a montante, e a ponte de Cavez na E.N. 206, freguesia de Cavez, concelho de Cabeceiras de Basto, a jusante, numa extensão de 2,8 km; a Zona definida pela Reserva de Caça, por tempo indeterminado, designada por Moinhos de Rei, na freguesia de Abadim, com cerca de 200 ha e, parte das Zonas de Caça Municipais e Associativas.

2 — Esta classe de espaços está, para efeitos do Plano Regional de Ordenamento Florestal do Tâmega — PROFT, incluída nas sub-regiões homogêneas da Cabreira, do Tâmega e do Tâmega-Sousa, devendo os usos e atividades permitidas nestas sub-regiões prosseguir os objetivos específicos definidos nos artigos 10.º, 11.º e 12.º, respetivamente, do presente regulamento.

3 — Esta classe de espaços inclui, para além de outras áreas de uso florestal, áreas do concelho classificadas como Reserva Ecológica Nacional, pelo que nas situações referentes aos espaços contidos naquela Reserva terão necessariamente de ser observadas as condicionantes e restrições impostas pela legislação aplicável.

4 — Os espaços naturais e de especial vocação turística estão identificados na planta de ordenamento à escala 1:10.000.

5 — Nestes espaços são permitidas ações de repovoamento florestal, as quais devem observar o disposto na legislação em vigor.

6 — Em toda a área inserida em espaço natural e de especial vocação turística não serão permitidas quaisquer alterações ao uso do solo suscetíveis de afetar significativamente os habitats das espécies da fauna e flora selvagens ou que degradem os habitats ameaçados.

Artigo 46.º

Regime de Edificabilidade

Quando legalmente admissível a edificação, observar-se-ão os parâmetros constantes no artigo 32.º deste regulamento.

SUBCAPÍTULO V

Espaços Destinados a Infraestruturas

Artigo 47.º

Definição

Os espaços destinados a infraestruturas são espaços que suportam a existência de infraestruturas que condicionam especialmente a ocupação do solo e integram a rede rodoviária estruturante.

Artigo 48.º

Identificação

Os espaços destinados a infraestruturas e que integram a rede rodoviária estruturante estão identificados na planta de ordenamento à escala 1:10.000, e compreendem a área correspondente às margens de 50 metros para cada lado do eixo dos traçados propostos para a variante à E.N. 205, variante às EENN 205/210 e variante à E.N. 210, na parte destes eixos viários que atravessam o território do concelho.

Artigo 49.º

Uso do Solo

Aos espaços destinados a infraestruturas viárias apenas poderá ser dado uso para os fins a que estão adstritos.

SUBCAPÍTULO VI

Estrutura Ecológica

Artigo 50.º

Definição

1 — São considerados espaços afetos à estrutura ecológica todos os sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais, necessários ao equilíbrio ecológico dos ecossistemas.

2 — A estrutura ecológica compreende, consoante os valores ecológicos a proteger, os seguintes níveis:

- a) Estrutura ecológica de nível I;
- b) Estrutura ecológica de nível II.

SECÇÃO I

Estrutura Ecológica de Nível I

Artigo 51.º

Identificação

A estrutura ecológica de nível I integra áreas da Reserva Ecológica Nacional adjacentes às linhas de água, as classificadas como áreas de infiltração máxima e, ainda, as áreas com risco de erosão.

Artigo 52.º

Regras de Uso e Ocupação

O uso, ocupação e transformação do solo nestes espaços, rege-se pelo disposto na legislação aplicável à Reserva Ecológica Nacional.

SECÇÃO II

Estrutura Ecológica de Nível II

Artigo 53.º

Identificação

A estrutura ecológica de nível II integra espaços florestais de interesse paisagístico, áreas agrícolas residuais e outras que asseguram a continuidade da estrutura.

Artigo 54.º

Regras de Uso e Ocupação

1 — Incluindo a estrutura ecológica de nível II, para além de outras áreas de uso agrícola, áreas classificadas como Reserva Agrícola Nacional e áreas sujeitas ao regime florestal parcial, nas situações referentes aos espaços contidos naquela Reserva e regime florestal terão necessariamente de ser observadas as condicionantes e restrições impostas pela legislação em vigor.

2 — Nos restantes espaços apenas se admitem ações que não ponham em causa os valores ecológicos a proteger, devendo estas ser devidamente fundamentadas e comprovadas pelos serviços técnicos da Câmara, designadamente no que se prende com a inadaptabilidade da preexistência ao programa pretendido.

3 — Nestes espaços deve ser mantida a predominância de elementos naturais, nomeadamente em termos de matéria vegetal, que deverá estar presente em pelo menos 50 % do espaço em causa.

4 — Nestes espaços são proibidos aterros, escavações e destruição do coberto vegetal que destruam ou diminuam as potencialidades existentes.

5 — Quando admissível a edificação devem ser observados os condicionamentos constantes no n.º 3 do artigo 32.º

TÍTULO IV

Outras Componentes do Ordenamento

CAPÍTULO I

Áreas Destinadas a Infraestruturas

SUBCAPÍTULO I

Sistemas Públicos de Saneamento Básico

Artigo 55.º

Licenciamento

A implementação de sistemas públicos de saneamento básico pode ser objeto de licenciamento para qualquer classe de espaço tanto do solo rural como do solo urbano, sem prejuízo do disposto na legislação em vigor.

Artigo 56.º

Proteção

1 — É interdita a execução de edificações numa faixa de 5 metros de largura medida para cada um dos lados dos emissários/coletores sob gestão pública.

2 — É interdita fora das zonas residenciais a plantação de árvores, numa faixa de 10 metros, medida para cada um dos lados dos emissários/coletores sob gestão pública.

3 — É interdita a execução de construções num raio de 50 metros de qualquer fossa séptica de uso coletivo sob gestão pública.

4 — É interdita a execução de edificações a menos de 50 metros dos limites das instalações de qualquer ETAR.

5 — É interdita a execução de edificações a menos de 5 metros dos limites das instalações de qualquer estação elevatória.

6 — É interdita a execução de edificações numa faixa de 5 metros de largura medida para cada um dos lados das adutoras/adutoras — distribuidoras sob gestão pública.

7 — É interdita fora das zonas residenciais a plantação de árvores, numa faixa de 10 metros, medida para cada um dos lados das adutoras/adutoras — distribuidoras sob gestão pública.

8 — É interdita a execução de edificações a menos de 100 metros dos limites das instalações de recolha e transferência de lixos.

9 — É interdita a execução de edificações, a deposição de lixo ou a descarga de entulho, numa faixa de 50 metros, a partir dos limites exteriores dos reservatórios de água.

10 — As zonas de proteção imediata, intermédia e alargada das captações de água para abastecimento público encontram-se delimitadas na planta de ordenamento, pelo que qualquer alteração ao uso do solo fica sujeito ao definido na legislação em vigor.

11 — A área de proteção da Albufeira do futuro aproveitamento hidroelétrico do Fridão encontra-se delimitada na planta de ordenamento e, corresponde ao afastamento de 50 metros do nível de pleno armazenamento (cota 155).

SUBCAPÍTULO II

Pista de Aeronaves

Artigo 57.º

Proteção

Na área delimitada na planta de ordenamento como «área *non-aedificandi*» são proibidas:

- a) Construções de qualquer natureza, mesmo que sejam enterradas, subterrâneas ou aquáticas;
- b) Quaisquer alterações ao relevo e à configuração do solo;
- c) Vedações, mesmo que sejam de sebe e como divisória de propriedades;
- d) Plantação de árvores e arbustos;
- e) Depósitos permanentes ou temporários de materiais explosivos ou perigosos;
- f) Levantamento de postes, linhas ou cabos aéreos de qualquer natureza;
- g) Montagem de quaisquer dispositivos luminosos;
- h) Montagem e funcionamento de aparelhagem elétrica, que não sejam de uso doméstico;
- i) Quaisquer outros trabalhos ou atividades que possam afetar a segurança da navegação aérea ou a eficácia das instalações de apoio à aviação civil.

SUBCAPÍTULO III

Rede Rodoviária

Artigo 58.º

Caracterização

1 — A rede rodoviária do concelho é composta por três categorias:

a) Rede rodoviária estruturante, composta por autoestradas, itinerários complementares, estradas nacionais, variantes às estradas nacionais e estradas regionais;

b) Rede rodoviária complementar, composta essencialmente por estradas municipais e caminhos municipais;

c) Rede rodoviária secundária, composta essencialmente por caminhos públicos.

2 — Sem prejuízo do disposto na lei em vigor, a implementação da rede rodoviária pode ser sobreposta a qualquer classe de espaço tanto do solo rural como do solo urbano.

Artigo 59.º

Regras de Proteção

1 — As construções à margem da rede rodoviária estruturante, têm de respeitar os afastamentos previstos na legislação aplicável às estradas nacionais;

2 — É interdita a edificação na proximidade da rede rodoviária complementar, numa faixa de terreno com a largura de 9 metros do limite da plataforma da estrada e nunca a menos de 12 metros do eixo da via, bem como dentro das zonas visibilidade;

3 — É interdita a edificação na proximidade da rede rodoviária secundária, numa faixa de terreno com a largura de 6 metros do limite da plataforma da estrada e nunca a menos de 9 metros ao eixo da via, bem como dentro das zonas visibilidade;

4 — Poderão ser admitidas exceções ao número anterior, nos seguintes casos:

a) Vedações de terrenos abertos confinantes com as vias, por meio de muros ou grades, à distância mínima de 3 e 2 metros do limite da plataforma das vias, não podendo ser inferior a 6 e 4 metros do seu eixo, consoante se trate da rede rodoviária complementar ou rede rodoviária secundária, respetivamente;

b) Construções a efetuarem dentro dos aglomerados, ou quando para os mesmos existam planos de urbanização ou planos de pormenor aos quais essas construções devam ficar subordinadas.

SUBCAPÍTULO IV

Energias Alternativas

Artigo 60.º

Licenciamento

Poderão ser aprovados pela Câmara Municipal, projetos para o aproveitamento de energias alternativas em solo rural, sem prejuízo das condicionantes e legislação em vigor, e após pareceres favoráveis das entidades competentes.

CAPÍTULO II

Património Edificado e Arqueológico

Artigo 61.º

Património Edificado

1 — O Património Edificado é constituído pelos imóveis de valor cultural que não se encontram classificados ou em vias de classificação, porém assumem importância no âmbito Municipal, pelo que poderão ser classificados pelo Município; assim, quer os imóveis listados, quer os imóveis situados na sua envolvente devem ser objeto de proteção, salvaguarda e valorização.

2 — O Património Edificado encontra-se representado e numerado na planta de ordenamento e tem a zona de salvaguarda aí definida. Nos casos em que o património identificado não possua zona de salvaguarda terão de ser observadas as zonas de proteção definidas nos termos da legislação em vigor.

3 — A identificação do Património Edificado apresenta-se em anexo a este regulamento (Anexo I).

4 — Nestes imóveis apenas se admite a realização de obras de manutenção do interior e do exterior desde que sejam respeitados os materiais e a forma como os mesmos foram trabalhados; qualquer alteração da estrutura resistente, da estrutura de cobertura, da compartimentação

interior, das cêrceas, das fachadas e da forma dos telhados deverá ser devidamente fundamentada e comprovada pelos serviços técnicos da Câmara, designadamente no que se prende com a inadaptabilidade da preexistência ao programa pretendido; qualquer obra de ampliação ou construção nova deverá integrar-se arquitetonicamente no imóvel de modo a não exercer qualquer preponderância sobre o mesmo, contribuindo ainda para a sua valorização.

5 — Nenhum destes imóveis poderá ser removido ou deslocado, em parte ou na totalidade, do lugar que lhe compete, salvo se assim for julgado imprescindível por motivo de força maior ou por manifesto interesse público.

6 — Nas zonas de salvaguarda a estes imóveis são permitidas obras de conservação, reconstrução, ampliação e alteração dos edifícios existentes, desde que sejam respeitados os materiais e a forma como os mesmos foram trabalhados; qualquer alteração da estrutura resistente, da estrutura de cobertura, da compartimentação interior, das cêrceas, das fachadas e da forma dos telhados deverá ser devidamente fundamentada e comprovada pelos serviços técnicos da Câmara, designadamente no que se prende com a inadaptabilidade da preexistência ao programa pretendido; qualquer obra de ampliação ou construção nova deverá integrar-se arquitetonicamente no imóvel de modo a não exercer qualquer preponderância sobre o mesmo, contribuindo ainda para a sua valorização.

7 — Os projetos para estes imóveis terão que ser subscritos por arquitetos.

Artigo 62.º

Património Arqueológico

1 — O Património Arqueológico integra os Sítios e Achados Arqueológicos que são elementos arqueológicos cuja localização é conhecida em resultado de estudos realizados até à data.

2 — Todos os sítios arqueológicos inventariados, numerados e constantes da planta de ordenamento, têm a zona de salvaguarda aí definida.

3 — Nestes espaços deverão ser privilegiadas a proteção e conservação dos valores existentes e dos que possam vir a surgir no futuro.

4 — A identificação dos Sítios e Achados Arqueológicos existentes no concelho apresenta-se em anexo a este regulamento (Anexo I).

5 — Aos elementos identificados no número anterior aplica-se a legislação de proteção do património arqueológico em vigor.

6 — Sempre que em qualquer obra, particular ou não, se verifiquem achados arqueológicos, tal facto deverá ser comunicado à Câmara Municipal, que procederá conforme a legislação aplicável.

7 — Nas áreas de salvaguarda do património arqueológico apenas serão permitidas a movimentação de terras, o repovoamento florestal e as desmatações efetuadas por meios manuais, devidamente aprovados pelas entidades de tutela.

CAPÍTULO III

Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Artigo 63.º

Identificação

1 — As unidades operativas de planeamento e gestão, a submeter a planos de urbanização, encontram-se delimitadas na planta de ordenamento à escala 1:10.000, e são as seguintes:

- a) UOPG 1 — Carrazedo;
- b) UOPG 2 — Lameiros;
- c) UOPG 3 — S. Martinho;
- d) UOPG 4 — Área industrial de Morgade.

2 — Até à entrada em vigor dos respetivos planos de urbanização, as operações urbanísticas a realizar nas áreas abrangidas por estas UOPG(s) terão de observar as regras de edificabilidade aplicáveis a cada uma das categorias e subcategorias de espaço e, quando for o caso, níveis previstos.

Artigo 64.º

Orientações Gerais

1 — As grandes iniciativas urbanísticas municipais devem dirigir-se, prioritariamente, para as unidades operativas de planeamento e gestão.

2 — O principal esforço de construção de novos equipamentos e de conjuntos urbanístico/arquitetónicos que constituam elementos simbólicos de modernidade e de reforço do valor patrimonial do concelho deverá incidir nestas unidades operativas de planeamento e gestão.

SUBCAPÍTULO I UOPG 1 — Carrazedo

Artigo 65.º

Âmbito

Esta unidade encontra-se localizada a Sul da vila sede do concelho, a Norte e a Oeste do Ribeiro de Outeirinho e a Este da E. N. 205.

Artigo 66.º

Objetivos da Intervenção

Os objetivos de intervenção para esta unidade operativa são:

- 1) Estabelecer uma relação vivencial entre a zona habitacional e toda a zona envolvente;
- 2) Valorizar o lugar pela proximidade da sede do concelho;
- 3) Prever esta unidade para futura expansão urbana.

Artigo 67.º

Orientações urbanísticas

As orientações urbanísticas para esta unidade operativa são:

- 1) Edificações com intervenção arquitetónica de qualidade;
- 2) Ocupação coerente do terreno com funções do tipo residencial, comercial, serviços e equipamentos articulando com a envolvente.

SUBCAPÍTULO II UOPG 2 — Lameiros

Artigo 68.º

Âmbito

Esta unidade encontra-se localizada a Sul da sede do concelho e a Noroeste da Vila de Arco de Baulhe e, abrange a área delimitada a Norte pela área industrial de Lameiros, a Sul pela área industrial de Olela e, compreende a variante às EENN 205/210 e a E.N. 205 na zona de Lameiros.

Artigo 69.º

Objetivos da Intervenção

Os objetivos de intervenção para esta unidade operativa são:

- 1) Estabelecer uma relação vivencial entre a zona habitacional e toda a zona envolvente (industrial);
- 2) Valorizar o lugar pela passagem da variante às EENN 205/210;
- 3) Facilitar a acessibilidade e o intercâmbio comercial;
- 4) Rematar a continuidade dos edifícios assegurando a sua articulação com os espaços públicos a criar;
- 5) Qualificar a imagem urbana.

Artigo 70.º

Orientações Urbanísticas

As orientações urbanísticas para esta unidade operativa são:

- 1) Edificações com uma intervenção arquitetónica de qualidade;
- 2) O estabelecimento de uma ocupação do terreno localizada entre as duas áreas industriais e o nó da Variante às EENN 205/210 em Lameiros, com funções do tipo residencial, comercial e serviços, sendo este articulado com os elementos das zonas industriais existentes e a ampliar.

SUBCAPÍTULO III UOPG 3 — S. Martinho

Artigo 71.º

Âmbito

Esta unidade encontra-se localizada na parte Sul do concelho e a Sul da vila de Arco de Baulhe e a Norte da A7/IC5.

Artigo 72.º

Objetivos da Intervenção

Os objetivos de intervenção para esta unidade operativa são:

- 1) Estabelecer uma relação vivencial entre a zona habitacional e toda a zona envolvente;
- 2) Valorizar o lugar pela existência de um nó distribuidor de tráfego para o interior do concelho;
- 3) Qualificar e cuidar a imagem urbana.

Artigo 73.º

Orientações Urbanísticas

As orientações urbanísticas para esta unidade operativa são:

- 1) Edificações com intervenção arquitetónica de qualidade;
- 2) O estabelecimento de uma ocupação coerente do terreno com funções do tipo habitacional, comercial e serviços, articulando com elementos existentes e a criar.

SUBCAPÍTULO IV

UOPG 4 — Área Industrial de Morgade

Artigo 74.º

Âmbito

Esta unidade encontra-se localizada a Sul do concelho e, abrange a área delimitada a Sul pela A7/IC5 e Vila de Arco de Báuêlhe e a Oeste pela Variante à E.N. 210.

Artigo 75.º

Objetivos da Intervenção

Os objetivos de intervenção para esta unidade operativa são:

- 1) Estabelecer uma área industrial capaz de atrair investimentos de grande porte dados a natureza e dimensão da área disponibilizada para esse fim;
- 2) Criar espaços de acolhimento industrial que permita aos investidores a fácil mobilidade;
- 3) Que esta área industrial funcione como interface de bens e serviços entre o litoral (área metropolitana do Porto) e a fronteira a Norte (Chaves);
- 4) A criação de um espaço que qualifique a imagem urbana.

Artigo 76.º

Orientações Urbanísticas

As orientações urbanísticas para esta unidade operativa são:

- 1) Edificações com uma intervenção arquitetónica de qualidade.

TÍTULO V

Execução e Compensação

CAPÍTULO I

Programação da Execução

Artigo 77.º

Execução

1 — A Câmara Municipal através dos seus órgãos e serviços promove a execução coordenada e programada do PDMCB, mediante a elaboração de processos adequados de planeamento;

2 — Na definição da política de investimentos municipais, bem como na elaboração do Plano de Atividades (Anual e Plurianual), e do Orçamento, serão tidos em conta o interesse público, os objetivos e as prioridades estabelecidas no PDMCB.

3 — A coordenação e execução programada do PDMCB determinam para os particulares o dever de concretizarem e adequarem as suas pretensões às metas e prioridades no mesmo estabelecidas.

4 — Para execução do Plano e sempre que se mostre necessário para assegurar o desenvolvimento urbano harmonioso e a justa repartição de encargos a Câmara Municipal, por iniciativa própria ou a requerimento dos interessados, pode proceder à delimitação de unidades de execução, para as quais deverá definir o correspondente índice médio de utilização e área de cedência média.

Artigo 78.º

Associação com Particulares

Sempre que possível a concretização prática de planos e projetos municipais será prosseguida através da negociação concertada com os particulares, em especial por meio de associação, nos termos legais.

Artigo 79.º

Monitorização

A monitorização do PDM, desenvolve-se, entre outras, por meio das seguintes ações:

- a) Recolha e atualização da informação relativa à dinâmica urbanística;
- b) Verificação da compatibilidade das medidas de planeamento com as disposições do Plano e sua inserção nestas;
- c) Apreciação de quaisquer ações, tanto públicas como privadas, cujo impacto no quadro dos objetivos do Plano a Câmara Municipal considere de significativa relevância.

CAPÍTULO II

Compensação

Artigo 80.º

Mecanismos de Perequação Compensatória

1 — Para cumprimento do princípio da perequação compensatória dos benefícios e encargos decorrentes da gestão urbanística a concretizar nas áreas cuja urbanização é possível programar, designadamente, áreas de urbanização programada e unidades de execução, serão utilizados os seguintes mecanismos de perequação:

- a) Estabelecimento de um índice médio de utilização;
- b) Estabelecimento de uma área de cedência média;

2 — Conjuntamente e/ou coordenadamente com os mecanismos mencionados no número anterior, serão estabelecidas, em regulamento municipal, fórmulas de compensação baseadas na variação das taxas de urbanização, que neste caso funcionarão como mecanismo perequativo.

3 — É admitida a compra e venda do índice médio de utilização, nos termos do disposto no artigo 140.º, Decreto-Lei n.º 380/99 de 22 de setembro.

4 — A «área de cedência média», também designada de «cedência média», será estabelecida nos instrumentos de planeamento e gestão urbanística, relativamente aos terrenos objeto de específico processo de planeamento.

Artigo 81.º

Aplicabilidade dos Mecanismos de Perequação Compensatória

Os mecanismos de perequação compensatória referidos no artigo anterior só são aplicáveis nas áreas cuja urbanização é possível programar, designadamente, áreas de urbanização programada e unidades de execução, para as quais deverá definir-se o correspondente índice médio de utilização e área de cedência média.

TÍTULO VI

Disposições Finais e Complementares

Artigo 82.º

Revogação

São revogados:

- a) Plano Diretor Municipal de Cabeceiras de Basto, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 85/95 de 5 de setembro;
- b) Plano de Urbanização de Cabeceiras de Basto, registado em 20 de outubro de 1992, pois o mesmo corresponde a um antepiano de urbanização aprovado com data anterior a dezembro de 1955.

Artigo 83.º

Revisão do PDM

O PDMCB será revisto antes de expirado o prazo de vigência de 10 anos, de acordo com as disposições legais em vigor.

Artigo 84.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO I

Listagem do Património Edificado e Arqueológico

Património Histórico Edificado Civil/Religioso e Património Arqueológico no concelho de Cabeceiras de Basto

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação
					X	Y					
N.º	ID	ID									
1	C.P.C./01.001	PT010304010016	Torre de Abadim/Casa do Tronco.	Abadim.	11663	207824	Edificado Civil. ...	Solar.	Moderna.	Muito Elevado	Imóvel de Interesse Público.
2	C.P.C./01.002	PT010304010003	Casa da Torre.	Abadim.	11638	207811	Edificado Civil. ...	Solar.	Moderna.	Elevado.	
3	C.P.C./01.003		Pelourinho de Abadim. ...	Abadim.	11673	207820	Edificado Civil. ...	Pelourinho.	Moderna.	Elevado.	
4	C.P.C./01.004	PT010304010034	Casa da Ramada.	Abadim.	11691	207718	Edificado Civil. ...	Solar.	Moderna/Contemporânea.	Elevado.	
5	C.P.C./01.007	C.P.C./01.011/015	Capela de N.ª Sr.ª do Bom Despacho.	Abadim.	13365	211728	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Médio.	
6	C.P.C./01.011/015		Capela da Sr.ª dos Remédios/cruzeiro.	Abadim.	14132	214492	Edificado Religioso	Capela/Cruzeiro	Moderna.	Médio.	
7	C.P.C./01.016	C.P.C./01.020-024	Outeiro dos Touros.	Abadim.	13072	214879	Arqueológico.	Arte Rupestre. ...	Idade do Bronze/Medieval.	Indeterminado	
8	C.P.C./01.017		Penedo Longo.	Abadim.	13654	214235	Arqueológico.	Menir?	Indeterminada.	Reduzido. ...	
9	C.P.C./01.019		Outeiro dos Ferreiros.	Abadim.	13248	214777	Arqueológico.	Mamoas.	Neolítico/Idade do Bronze.	Indeterminado	
10	C.P.C./01.020-024	C.P.C./01.025	Necrópole Megalítica dos Marmoirais	Abadim.	12127	209444	Arqueológico.	Necrópole.	Idade do Bronze. ...	Elevado.	
11	C.P.C./01.025		Arte rupestre dos Marmoirais	Abadim.	12067	209358	Arqueológico.	Arte Rupestre. ...	Neolítico/I. Bronze/Moder.	Muito Elevado	
12	C.P.C./01.041	PT010304010022 PT010304010035	Capela de N.ª Sr.ª da Conceição	Abadim.	13490	212333	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Médio.	
13	C.P.C./01.046		Igreja de S. Jorge de Abadim	Abadim.	11924	207860	Edificado Religioso	Igreja.	Moderna.	Elevado.	
14	C.P.C./01.047		Capela de Santo António. ...	Abadim.	12158	207603	Edificado Civil. ...	Capela.	Moderna.	Médio.	
15	C.P.C./01.048		Moinhos de Rei.	Abadim.	12417	211415	Edificado Civil. ...	Conj. de Moinhos	Moderna/Contemporânea.	Elevado.	
16	C.P.C./01.049		Crasto.	Abadim.	11724	207811	Arqueológico.	Casal.	Romana.	Indeterminado	
17	C.P.C./01.050	Monte da Ranha.	Abadim.	11830	206605	Arqueológico.	Forno.	Moderna/Contemporânea.	Indeterminado		
18	C.P.C./02.001	PT010304020081	Capela de Nossa Senhora da Piedade.	Alvite.	9418	201019	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Médio.	
19	C.P.C./02.002		Capela da Senhora Aparecida	Alvite.	9392	201510	Edificado Religioso	Capela.	Contemporânea. ...	Elevado.	
20	C.P.C./02.005		Casa da Freiria.	Alvite.	9518	201216	Edificado Civil. ...	Casa Rural.	Moderna/Contemporânea.	Médio.	
21	C.P.C./02.010		Casa da Soutosa.	Alvite.	10614	202976	Edificado Civil. ...	Casa Rural.	Contemporânea. ...	Médio.	
22	C.P.C./02.011	Casa de Reiros.	Alvite.	11267	203134	Edificado Civil. ...	Casa Rural.	Moderna/Contemporânea.	Médio.		
23	C.P.C./02.012	PT010304020036 PT010304020037	Igreja de São Pedro de Alvite	Alvite.	10510	203203	Edificado Religioso	Igreja.	Moderna.	Elevado.	
24	C.P.C./02.013		Casa do Adro.	Alvite.	10492	203183	Edificado Civil. ...	Casa Rural.	Moderna/Contemporânea.	Médio.	
25	C.P.C./02.014	C.P.C./02.015	Capela de Santa Catarina. ...	Alvite.	11221	202589	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Elevado.	
26	C.P.C./02.015		Casa da Portela.	Alvite.	11588	203427	Edificado Civil. ...	Solar.	Moderna.	Elevado.	

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação
					X	Y					
27	C.P.C./02.016	PT010304020014	Casa da Torre/Torre de Alvite	Alvite	11033	203220	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	Em Vias de Classificação.
28	C.P.C./02.017	PT010304020039	Casa de Lamas	Alvite	11492	203755	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	
29	C.P.C./02.018	PT010304020038	Casa de Alvação	Alvite	11058	204070	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	
30	C.P.C./02.019-020	PT010304020111	Casa Sto Antonino/Capela Sto Ovidio.	Alvite	11176	204450	Edificado Civil . . .	Solar/Capela . . .	Moderna	Elevado	Em Vias de Classificação.
31	C.P.C./02.022		Capela de São Sebastião . .	Alvite	10685	203194	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
32	C.P.C./02.023		Casa do Chão	Alvite	10749	203245	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna	Médio	
33	C.P.C./02.024		Casa do Santo	Alvite	10712	203210	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea	Médio	
34	C.P.C./02.025	PT010304020040	Casa do Casal de Alvite . . .	Alvite	11269	203282	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna/Contemporânea	Elevado	Em Vias de Classificação.
35	C.P.C./02.026		Outeiro do Crasto/Alto da Beira.	Alvite	9768	202574	Arqueológico	Pov. Fortificado	Idade do Ferro/Romana.	Indeterminado	
36	C.P.C./02.027		Penses	Alvite	10601	201837	Arqueológico	Mamoia	Idade do Bronze . . .	Indeterminado	
37	C.P.C./03.001		Conjunto de Casas da Rua do Arco.	Arco de Baúlhe	14400	201856	Edificado Civil . . .	Conjunto Urbano.	Moderna/Contemporânea	Elevado	
38	C.P.C./03.002	PT010304030101	Edifício do Talho do Arco	Arco de Baúlhe	14360	201940	Edificado Civil . . .	Casa Urbana . . .	Contemporânea . . .	Reduzido	Em Vias de Classificação.
39	C.P.C./03.003-004	PT010304030107	Quinta e Capela de São Francisco.	Arco de Baúlhe	14386	201858	Edificado Civil . . .	Solar/Capela . . .	Moderna	Elevado	
40	C.P.C./03.005/028	PT010304030091	Capela/Fonte N.ª Sr.ª dos Remédios.	Arco de Baúlhe	14388	201759	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
41	C.P.C./03.006-007	PT010304030046	Casa da Portela/Capela de Sto António.	Arco de Baúlhe	15265	200470	Edificado Civil . . .	Solar/Capela . . .	Moderna	Elevado	Em Vias de Classificação.
42	C.P.C./03.011-012	PT010304030098/104	Capela da Sr.ª Afritos/Fonte Lg. Serra.	Arco de Baúlhe	14387	202165	Edificado Religioso	Capela	Contemporânea . . .	Médio	
43	C.P.C./03.015	PT010304030045	Casa de Fundevila	Arco de Baúlhe	14707	201630	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea	Médio	
44	C.P.C./03.016		Casa da Ramada	Arco de Baúlhe	14069	201561	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	Em Vias de Classificação.
45	C.P.C./03.017	PT010304030042	Igreja de S. Martinho	Arco de Baúlhe	14400	201220	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado	
46	C.P.C./03.020	PT010304030097	Escola Primária de Arco de Baúlhe.	Arco de Baúlhe	13974	201943	Edificado Civil . . .	Escola	Contemporânea . . .	Médio	
47	C.P.C./03.021	PT010304030023	Casa do Arrabalde	Arco de Baúlhe	14327	201365	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna	Médio	Imóvel de Interesse Municipal.
48	C.P.C./03.022	PT010304030092	Antiga Estação Ferroviária	Arco de Baúlhe	15000	201399	Edificado Civil . . .	Est. Ferroviária	Contemporânea . . .	Elevado	
49	C.P.C./03.023	PT010304030018	Ponte Velha	Arco de Baúlhe	14710	201935	Arqueológico/Edificado.	Ponte	Medieval/Moderna	Elevado	
50	C.P.C./03.024	PT010304030044	Casa de Cimo de Vila	Arco de Baúlhe	14680	201500	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	Imóvel de Interesse Municipal.
51	C.P.C./03.025	PT010304030099	Casa dos Pachecos	Arco de Baúlhe	14141	202067	Edificado Civil . . .	Casa Urbana . . .	Contemporânea . . .	Médio	
52	C.P.C./03.026	PT010304030108	Ponte do Caneiro	Arco de Baúlhe	14086	202394	Edificado Civil . . .	Ponte	Moderna	Médio	
53	C.P.C./03.027	PT010304030100	Casa do Coronel/Casa da Capela.	Arco de Baúlhe	14406	201790	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	
54	C.P.C./03.028		Fonte da Sr.ª dos Remédios	Arco de Baúlhe	14367	201762	Edificado Civil . . .	Fonte	Contemporânea . . .	Médio	Imóvel de Interesse Municipal.
55	C.P.C./03.029		Casa Capitão Elísio Azevedo	Arco de Baúlhe	13946	201910	Edificado Civil . . .	Casa Urbana . . .	Moderna/Contemporânea	Elevado	
56	C.P.C./03.030		Casa do Sardoal	Arco de Baúlhe	14298	201740	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea	Médio	
57	C.P.C./03.031	PT010304030042	Alminhas do Arco	Arco de Baúlhe	14363	201767	Edificado Religioso	Alminhas	Contemporânea . . .	Médio	Imóvel de Interesse Municipal.
58	C.P.C./03.033		Crasto	Arco de Baúlhe	15120	201922	Arqueológico	Pov. Fortificado	Idade do Ferro	Indeterminado	

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação	
					X	Y						
N.º	ID	ID										
59	C.P.C./04.001/004	PT010304040013/010	Igreja de Sta Senhorinha/Fonte.	Basto	12590	202097	Edificado Religioso	Igreja/Fonte . . .	Moderna	Elevado	Em Vias de Classificação.	
60	C.P.C./04.005/007	PT010304040043	Hospício e antiga igreja . . .	Basto	13223	202495	Edificado Civil/Religioso.	Hospício	Moderna	Elevado		
61	C.P.C./04.006	PT010304040025	Casa do Forno	Basto	13067	201827	Edificado Civil	Solar	Moderna	Elevado		
62	C.P.C./04.009	PT010304040027	Capela do Calvário	Basto	13371	202422	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio		
63	C.P.C./04.010		Quinta de Sestelo	Basto	11706	201249	Edificado Civil	Solar	Moderna	Elevado		
64	C.P.C./04.011	PT010304040026	Quinta de Vila Lobos	Basto	12000	202161	Edificado Civil	Casa Rural	Moderna	Médio		
65	C.P.C./04.012		Casa de Mozes	Basto	12420	201395	Edificado Civil	Solar	Moderna	Elevado		
66	C.P.C./04.013		Casa de Vila Garcia	Basto	12320	202511	Edificado Civil	Solar	Moderna	Elevado		
67	C.P.C./04.014		Casa de Carcavelos	Basto	12020	201295	Edificado Civil	Solar	Moderna	Elevado		
68	C.P.C./04.015		Casa da Igreja de Cima	Basto	12490	202186	Edificado Civil	Casa Rural	Moderna	Médio		
69	C.P.C./04.016/017		PT010304040112	Casa de Cães/Capela Sr.ª Conceição.	Basto	11739	202108	Edificado Civil/Religioso.	Solar/Capela . . .	Moderna		Elevado
70	C.P.C./04.018		PT010304040028	Capela de Santo António . . .	Basto	12120	201694	Edificado Religioso	Capela	Moderna		Médio
71	C.P.C./04.019	Abrigo Zê do Telhado		Basto	11417	199595	Arqueológico	Abrigo	Indeterminada	Indeterminado		
72	C.P.C./04.020	Monte do Ladário		Basto	11863	199229	Arqueológico	Povoado	Idade do Ferro	Indeterminado		
73	C.P.C./05.011/012	Capela de Santa Ana e Casa da Eira.		Bucos	7486	213267	Edificado Religioso/Civil.	Solar/Capela . . .	Moderna	Médio		
74	C.P.C./05.013	PT010304050093	Monte Meão	Bucos	7121	212334	Arqueológico	Sepultura	Pré-história recente	Indeterminado		
75	C.P.C./05.014		Fonte de Mergulho de Vila Boa.	Bucos	8335	212570	Edificado Civil	Fonte	Contemporânea . . .	Médio		
76	C.P.C./05.015		Outeirão	Bucos	9605	212911	Arqueológico	Arte Rupestre . . .	Pré-história (?) Moderna (?)	Indeterminado		
77	C.P.C./05.016		Sepultura	Bucos	8338	212585	Arqueológico	Sepultura	Medieval	Médio		
78	C.P.C./05.028		Capela da Nossa Senhora do Alívio.	Bucos	8320	212295	Edificado Religioso	Capela	Moderna/Contemporânea.	Médio		
79	C.P.C./05.029		Igreja de São João de Bucos	Bucos	8285	211485	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado		
80	C.P.C./05.033		Casa do Senra	Bucos	8253	211404	Edificado Civil	Casa Rural	Moderna	Médio		
81	C.P.C./05.034		Casa de Sanoane de Baixo	Bucos	8254	211544	Edificado Civil	Casa Rural	Moderna	Médio		
82	C.P.C./05.040		Casa da Pereira	Bucos	8213	211338	Edificado Civil	Casa Rural	Moderna	Médio		
83	C.P.C./05.041		Casa do Conseiro	Bucos	8237	211350	Edificado Civil	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio		
84	C.P.C./05.045	PT010304060032	Marco das Terças	Bucos	6762	212809	Arqueológico	Marco	Medieval/Moderna.	Médio		
85	C.P.C./05.048		Capela de Santa Maria	Bucos	6016	211523	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio		
86	C.P.C./05.052		Devesa da Cova	Bucos	9030	212025	Arqueológico	Arte Rupestre . . .	Indeterminada	Indeterminado		
87	C.P.C./05.056		Outeirão	Bucos	10159	213230	Arqueológico	Arte Rupestre . . .	Indeterminada	Indeterminado		
88	C.P.C./05.058-059		Marcos da Portela de São Bento.	Bucos	11055	216254	Arqueológico	Marco	Medieval/Moderna.	Médio		
89	C.P.C./06.001-003		Igreja S. Nicolau/cruzeiro/casa paroq.	Cab. de Basto . . .	9657	208219	Edificado Religioso/Civil.	Igreja	Moderna/Contemporânea.	Elevado		
90	C.P.C./06.004		Calçada Igreja — Gondarém	Cab. de Basto . . .	9724	209000	Arqueológico/Edificado.	Calçada	Medieval/Moderna.	Médio		
91	C.P.C./06.005	PT010304060017	Casa do Mourigo	Cab. de Basto . . .	8683	208776	Edificado Civil	Solar	Contemporânea . . .	Elevado		
92	C.P.C./06.006		O Padrão	Cab. de Basto . . .	8942	209178	Arqueológico/Edificado.	Padrão	Moderna	Médio		
93	C.P.C./06.008-010		Capela de Santo António e cruzeiros.	Cab. de Basto . . .	9018	208248	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio		

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação
					X	Y					
N.º	ID	ID									
94	C.P.C./06.011		Casa de Bouças	Cab. de Basto. . .	9170	208529	Edificado Civil. . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Elevado	Imóvel de Interesse Público.
95	C.P.C./06.013		Casa do Rapazinho.	Cab. de Basto. . .	8867	208892	Edificado Civil. . . .	Casa Rural	Contemporânea . . .	Médio	
96	C.P.C./06.015		Casa do Reitor	Cab. de Basto. . .	9270	209222	Edificado Civil. . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
97	C.P.C./06.018		Capela de São Pedro	Cab. de Basto. . .	9380	209169	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
98	C.P.C./06.019		Casa do Machado.	Cab. de Basto. . .	9505	209159	Edificado Civil. . . .	Casa Rural	Moderna	Médio	
99	C.P.C./06.020		Fundação A. J. Gomes da Cunha.	Cab. de Basto. . .	9487	209308	Edificado Civil. . . .	Fundação	Contemporânea . . .	Elevado	
100	C.P.C./06.028		Casa da Fonte/Casa da Pereira.	Cab. de Basto. . .	9322	209610	Edificado Civil. . . .	Solar	Moderna	Elevado	
101	C.P.C./06.029/066	PT010304060031/019	Casa da Taipa/Capela Sr.ª Conceição.	Cab. de Basto. . .	9286	207510	Edificado Civil/Religioso.	Solar/Capela. . .	Moderna	Muito Elevado	
102	C.P.C./06.030	PT010304060030	Casa do Casal	Cab. de Basto. . .	9414	207836	Edificado Civil. . . .	Solar	Moderna/Contemporânea.	Elevado	
103	C.P.C./06.031		Vila Laura.	Cab. de Basto. . .	9521	208078	Edificado Civil. . . .	Palacete	Contemporânea . . .	Médio	
104	C.P.C./06.033		Casa da Breia	Cab. de Basto. . .	9595	207777	Edificado Civil. . . .	Solar	Moderna	Muito Elevado	
105	C.P.C./06.034/067	PT010304060033	Fonte da Breia/Capela de Sta Barbara.	Cab. de Basto. . .	9620	207390	Edificado Civil/Religioso.	Solar/Capela. . .	Moderna	Elevado	
106	C.P.C./06.035-037	PT010304060029	Quinta de Bouças/Capela das Almas.	Cab. de Basto. . .	9596	207374	Edificado Civil/Religioso.	Solar/Capela. . .	Moderna	Elevado	
107	C.P.C./06.038		Capela de São Bartolomeu	Cab. de Basto. . .	7328	207186	Edificado Civil. . . .	Capela	Moderna	Médio	
108	C.P.C./06.046		Mamoas de Selhariz	Cab. de Basto. . .	7597	208330	Arqueológico	Mamoas	Neolítico/Idade do Bronze.	Indeterminado	
109	C.P.C./06.054		Capela de São Nicolau.	Cab. de Basto. . .	11384	212495	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
110	C.P.C./06.056-060		Necrópole Megalítica Lameiras Chãs.	Cab. de Basto. . .	11200	210868	Arqueológico	Necrópole.	Neolítico/Idade do Bronze.	Elevado	
111	C.P.C./06.061		Castelo	Cab. de Basto. . .	10582	208994	Arqueológico	Pov. Fortificado	I. do Ferro/Romana	Elevado	
112	C.P.C./06.062		Forno da Quinta de Parada	Cab. de Basto. . .	10466	208794	Arqueológico	Forno	Medieval/Moderna	Indeterminado	
113	C.P.C./06.065		Monumento da Restauração	Cab. de Basto. . .	9513	208547	Edificado Civil. . . .	Cruzeiro	Moderna	Médio	
114	C.P.C./07.001-002	PT010304070051	Igreja de S. João de Cavez e Cruzeiro.	Cavez	18454	204173	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado	
115	C.P.C./07.003	PT010304070103	Casa da Igreja/Casa do Assento.	Cavez	18413	204172	Edificado Civil. . . .	Solar	Moderna	Elevado	
116	C.P.C./07.008		Quinta do Cruzeiro.	Cavez	19000	204075	Edificado Civil. . . .	Palacete	Contemporânea . . .	Médio	
117	C.P.C./07.010		Quinta da Portinha	Cavez	18597	203909	Edificado Civil. . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
118	C.P.C./07.011		Casa do Regedor	Cavez	18719	203874	Edificado Civil. . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
119	C.P.C./07.012		Casa das Carvalhas	Cavez	19145	204083	Edificado Civil. . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Elevado	
120	C.P.C./07.013	PT010304070048	Casa do Souto	Cavez	18636	203881	Edificado Civil. . . .	Solar	Moderna	Elevado	
121	C.P.C./07.014		Casa da Venda	Cavez	18733	203840	Edificado Civil. . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Elevado	
122	C.P.C./07.015-016	PT010304070011	Capela S. Bartolomeu/Casa da Ponte.	Cavez	20094	205022	Edificado Religioso/Civil.	Capela	Moderna	Elevado	
123	C.P.C./07.017-018	PT010304070008	Calçada/Ponte sobre a Rib. de Cavez.	Cavez	19770	204832	Arqueológico/Edificado.	Calçada.	Medieval	Elevado	

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação		
					X	Y							
N.º	ID	ID											
124	C.P.C./07.019	PT010304070001	Ponte Maria Luísa/Ponte Pequena.	Cavez	19616	204856	Edificado Civil. . .	Ponte	Contemporânea . . .	Médio	Monumento Nacional.		
125	C.P.C./07.020		Ponte de Cavez sob o Tâmega.	Cavez	20196	204982	Arqueológico/Edificado.	Ponte	Medieval	Muito Elevado			
126	C.P.C./07.021		Calçada Cavez — Arosa . . .	Cavez	20664	205212	Arqueológico/Edificado.	Via/Calçada . . .	Medieval/Moderna	Médio			
127	C.P.C./07.022-023		PT010304070015/014	Casa do Santo/Capela de S. Mamede.	Cavez	20936	205348	Edificado Civil/Religioso.	Solar	Moderna/Contemporânea.		Elevado	
128	C.P.C./07.025			Casa do Vale.	Cavez	21084	205485	Edificado Civil. . .	Casa Rural	Moderna		Elevado	
129	C.P.C./07.026			Casa do Mendes	Cavez	21138	205526	Edificado Civil. . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.		Médio	
130	C.P.C./07.028			Casa da Eida Ramos.	Cavez	21177	205554	Edificado Civil. . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.		Médio	
131	C.P.C./07.030			Quinta do Chaves.	Cavez	20545	205217	Edificado Civil. . .	Palacete	Contemporânea . . .		Médio	
132	C.P.C./07.034			Moimenta.	Cavez	18653	206758	Arqueológico	Povoado?	Idade do Ferro/Romana?		Indeterminado	
133	C.P.C./07.035		Calçada Moimenta — Vilela	Cavez	19976	206200	Arqueológico/Edificado.	Via/Calçada . . .	Medieval/Moderna	Médio		Imóvel de Interesse Público.	
134	C.P.C./07.036		PT010304070006	Ponte das Tábuas	Cavez	20256	205312	Arqueológico/Edificado.	Ponte	Medieval/Moderna			Elevado
135	C.P.C./07.037			PT010304070050	Casa do Valle	Cavez	20191	206143	Edificado Civil. . .	Solar			Moderna/Contemporânea.
136	C.P.C./07.038	PT010304070009	Campanário da Capela Sta Madalena.	Cavez	20380	205868	Edificado Religioso	Campanário . . .	Moderna	Reduzido . . .			
137	C.P.C./07.039	PT010304070117	Ponte da Misarela.	Cavez	20080	206353	Edificado Civil. . .	Ponte	Med./ Moderna/Contemp..	Médio			
138	C.P.C./07.046-051	PT010304070049	Necrópole Megalítica de Madeiros.	Cavez	21772	207794	Arqueológico	Necrópole.	Neolítico/Idade do Bronze.	Elevado			
139	C.P.C./07.053		Quinta de Vila Franca	Cavez	19164	202538	Edificado Civil. . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio			
140	C.P.C./07.054	PT010304070049	Casa das Cortinhas.	Cavez	18273	204144	Edificado Civil. . .	Solar	Moderna	Elevado			
141	C.P.C./07.055		Necrópole da Casa das Cortinhas.	Cavez	18275	204141	Arqueológico	Necrópole.	Medieval	Elevado			
142	C.P.C./07.056	Alto dos Mouros	Cavez	18721	204565	Arqueológico	Casal.	Idade do Ferro/Romana.	Indeterminado				
143	C.P.C./07.058	PT010304070115	Capela de São Caetano. . . .	Cavez	21278	206080	Edificado Religioso	Capela	Moderna/Contemporânea.	Médio			
144	C.P.C./07.059	PT010304070113	Capela de Santa Luzia	Cavez	17944	205849	Edificado Religioso	Capela	Contemporânea . . .	Reduzido . . .			
145	C.P.C./07.060		Quinta das Várzeas.	Cavez	18975	203180	Edificado Civil. . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio			
146	C.P.C./08.001	PT010304080082	Igreja de Santiago da Faia	Faia.	13326	201612	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado			
147	C.P.C./08.002	PT010304080047	Casa da Tojeira.	Faia.	13122	201360	Edificado Civil. . .	Solar	Moderna	Elevado			
148	C.P.C./08.003-004	PT010304080052	Casa da Fonte/Capela Sr.ª da Piedade.	Faia.	13070	211147	Edificado Civil/Religioso.	Solar	Moderna/Contemporânea.	Elevado			
149	C.P.C./08.005-006		Casa da Ribeira/Capela Senhora do Ó.	Faia.	12556	200760	Edificado Civil/Religioso.	Solar	Moderna	Elevado			
150	C.P.C./08.008		Capela da Nossa Senhora do Amparo.	Faia.	13993	201201	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio			

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação
					X	Y					
N.º	ID	ID									
151	C.P.C./08.009	PT010304090094	Casa das Terças	Faia	12715	201196	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
152	C.P.C./08.010		Casa do Outeiro	Faia	13466	201180	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
153	C.P.C./09.001		Igreja de São Martinho de Gondíães.	Gondiães	24436	213956	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado	
154	C.P.C./09.007		Capela da Senhora dos Remédios.	Gondiães	22747	211292	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
155	C.P.C./09.010		Casa do Afonso	Gondiães	22692	211282	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
156	C.P.C./09.012		Casas Velhas	Gondiães	21742	213169	Arqueológico	Conj. Habitacional.	Medieval/Moderna	Indeterminado	
157	C.P.C./09.015	PT010304100083	Capela de Santo André . . .	Gondiães	25584	210380	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
158	C.P.C./10.001		Igreja de Santa Maria Maior de Outeiro	Outeiro	9861	205075	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado	
159	C.P.C./10.002	PT010304100054	Casa da Quintã	Outeiro	9837	205063	Edificado Civil . . .	Cruzeiro	Moderna/Contemporânea.	Médio	
160	C.P.C./10.003		Casa da Levada	Outeiro	9913	205060	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	
161	C.P.C./10.004		Casa de Esqueiro de Cima	Outeiro	10197	205060	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Elevado	
162	C.P.C./10.006	PT010304100055	Casa do Esqueiro	Outeiro	10324	204991	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	
163	C.P.C./10.009		Casa da Quinta	Outeiro	9811	204588	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Reduzido . . .	
164	C.P.C./10.011	PT010304100053	Casa da Taipa	Outeiro	9670	204850	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna	Elevado	
165	C.P.C./10.013		Casa de Rio Trutas	Outeiro	10764	204635	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	
166	C.P.C./10.016		Capela de N. Sr.ª da Livração	Outeiro	6801	204653	Edificado Religioso	Capela	Contemporânea . .	Médio	
167	C.P.C./10.017		Mata da Santa	Outeiro	8754	204497	Arqueológico	Necrópole	Medieval	Elevado	
168	C.P.C./10.019		Penouta	Outeiro	7228	204296	Arqueológico	Abrigo	Neolítico/Calcolítico	Indeterminado	
169	C.P.C./10.020		Outeiro da Pena	Outeiro	6997	203526	Arqueológico	Abrigo/Atalaia	Pré-história/Medieval	Indeterminado	
170	C.P.C./11.001		PT010304110060	Igreja de Santo André de Painzela.	Painzela	10022	206032	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado
171	C.P.C./11.002	PT010304110086	Escola Primária de Painzela	Painzela	10634	206083	Edificado Civil . . .	Escola	Contemporânea . .	Reduzido . . .	
172	C.P.C./11.004	PT010304110020	Ponte de Painzela	Painzela	10434	205874	Arqueológico/Edificado.	Ponte	Medieval	Elevado	
173	C.P.C./11.005-006	PT010304110057	Capela de S. Gonçalo e Cruzeiro.	Painzela	9297	207041	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
174	C.P.C./11.007		Casa de Cimo de Vila	Painzela	9368	206838	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Médio	
175	C.P.C./11.010		Capela de S. Martinho	Painzela	9597	206432	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
176	C.P.C./11.011		Casa da Fonte Santa	Painzela	9603	206600	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
177	C.P.C./11.012	PT010304110076-78	Talefe	Painzela	10402	207118	Arqueológico	Arte Rupestre . . .	Moderna/Contemporânea.	Indeterminado	
178	C.P.C./11.014-016		Capela, Casa e Fonte de São Brás.	Painzela	10074	206748	Edificado Religioso/Civil.	Cap./Solar/Fonte	Moderna	Médio	
179	C.P.C./11.019	PT010304110056	Casa de Pielas	Painzela	10944	205657	Edificado Civil . . .	Solar	Moderna	Elevado	
180	C.P.C./11.020	PT010304110058	Casa do Boal	Painzela	11046	205459	Edificado Civil . . .	Casa Rural	Moderna	Médio	
181	C.P.C./11.021		Penedo de Palmarecos	Painzela	8649	206545	Arqueológico	Abrigo	Indeterminado . . .	Indeterminado	
182	C.P.C./11.024		Capela de S. Sebastião	Painzela	11118	205700	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
183	C.P.C./11.025		Marco Velho	Painzela	6656	206099	Arqueológico	Marco	Medieval/Moderna	Médio	

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação
					X	Y					
N.º	ID	ID									
184	C.P.C./12.001-002	PT010304120061	Igreja/Cruzeiro S. Sebastião de Passos.	Passos	7345	201882	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado	Imóvel de Interesse Público.
185	C.P.C./12.004	PT010304130065	Casa do Penedo	Passos	7317	201853	Edificado Civil.	Palacete	Contemporânea	Reduzido	
186	C.P.C./13.001-002		Igreja/Cruzeiro de Sta. Marinha.	Pedraça	14579	202770	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado	
187	C.P.C./13.003	PT010304130064	Casa do Paço de Vides	Pedraça	14000	202930	Edificado Civil.	Solar	Moderna	Elevado	
188	C.P.C./13.004		Casa de Paço de Cima	Pedraça	13966	203010	Edificado Civil.	Casa Rural	Moderna	Elevado	
189	C.P.C./13.005		Casa de Cima de Vila	Pedraça	14213	202975	Edificado Civil.	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
190	C.P.C./13.006	PT010304130062	Aba das Torres/Quinta da Torre.	Pedraça	14735	203001	Arqueológico	Villa/Necrópole	Romana	Indeterminado	
191	C.P.C./13.007		Casa da Torre	Pedraça	14770	202848	Edificado Civil.	Casa Rural	Moderna	Muito Elevado	
192	C.P.C./13.010		Ponte e Calçada da Pontinha	Pedraça	15629	201998	Arqueológico/Edificado.	Ponte/Calçada	Medieval/Moderna	Elevado	
193	C.P.C./13.013	PT010304130079	Casa de Fundevila	Pedraça	13998	202687	Edificado Civil.	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
194	C.P.C./13.014/019		Capela de Santa Barbara e Cruzeiro.	Pedraça	15414	204590	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Elevado	
195	C.P.C./13.016		Monte da Celha/Cilha/Crasto	Pedraça	15228	503600	Arqueológico	Povoado	Idade do Ferro/Romana.	Indeterminado	
196	C.P.C./13.020-021	PT010304140002	Mamoas das Tarroeiros	Pedraça	15263	203665	Arqueológico	Mamoas	Neolítico/Idade do Bronze.	Indeterminado	
197	C.P.C./13.022		Alto dos Moiros	Pedraça	16435	202344	Arqueológico	Povoado	Idade do Bronze	Indeterminado	
198	C.P.C./14.001		Mosteiro de S. Miguel de Refojos.	Refojos de Basto	11698	204950	Edificado Religioso/Civil.	Mosteiro	Moderna	Muito Elevado	
199	C.P.C./14.002	PT010304140005	Cruzeiro da Praça	Refojos de Basto	11539	205021	Edificado Religioso	Cruzeiro	Moderna	Médio	
200	C.P.C./14.003	PT010304140005	Fonte Municipal de Refojos de Basto.	Refojos de Basto	11492	205018	Edificado Civil.	Fonte	Contemporânea	Médio	
201	C.P.C./14.004	PT010304140080	Casa do Barão	Refojos de Basto	11520	205047	Edificado Civil.	Palacete	Moderna/Contemporânea.	Elevado	
202	C.P.C./14.006	PT010304140070	Conjunto de Casas Praça da República.	Refojos de Basto	11578	205036	Edificado Civil.	Conjunto Urbano	Moderna/Contemporânea.	Elevado	
203	C.P.C./14.007	PT010304140070	Casas do Souto Longal.	Refojos de Basto	12187	205233	Edificado Civil.	Conjunto Urbano	Moderna/Contemporânea.	Médio	
204	C.P.C./14.008		Casa do Herdeiro	Refojos de Basto	12263	205268	Edificado Civil.	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
205	C.P.C./14.010		Casa da Ponte	Refojos de Basto	12423	205270	Edificado Civil.	Casa Urbana	Moderna/Contemporânea.	Médio	
206	C.P.C./14.011	PT010304140069	Casa do Cruzeiro	Refojos de Basto	12503	205385	Edificado Civil.	Casa Urbana	Moderna/Contemporânea.	Médio	
207	C.P.C./14.012		Casa do Asilo	Refojos de Basto	12478	205292	Edificado Civil.	Lar	Contemporânea	Médio	
208	C.P.C./14.014		Capela de São Lourenço	Refojos de Basto	12515	205404	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
209	C.P.C./14.015	PT010304140069	Capela de São João	Refojos de Basto	12456	205562	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
210	C.P.C./14.016		Mó de Cima	Refojos de Basto	14402	206061	Arqueológico	Casal	Romana	Indeterminado	
211	C.P.C./14.017		Casa do Jorge	Refojos de Basto	14258	205939	Edificado Civil.	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Reduzido	
212	C.P.C./14.020	PT010304140069	Casa de Cimo de Vila	Refojos de Basto	14312	205894	Edificado Civil.	Casa Rural	Moderna	Médio	
213	C.P.C./14.022		Casa de Além	Refojos de Basto	14076	205779	Edificado Civil.	Casa Rural	Moderna	Reduzido	
214	C.P.C./14.023		Casa da Raposeira	Refojos de Basto	10912	205161	Edificado Civil.	Casa Urbana	Moderna	Elevado	

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação
					X	Y					
N.º	ID	ID									
215	C.P.C./14.024	PT010304140110	Casa do Coronel.	Refojos de Basto	11040	205045	Edificado Civil. . .	Casa.	Moderna.	Médio.	Imóvel de Interesse Público.
216	C.P.C./14.026-027		Casa do Barrosão/Capela. . .	Refojos de Basto	10372	203933	Edificado Civil/Religioso	Solar.	Moderna.	Elevado.	
217	C.P.C./14.028	PT010304140116	Capela da Senhora de Fátima	Refojos de Basto	10199	204245	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Médio.	
218	C.P.C./14.029		Capela da Senhora da Orada	Refojos de Basto	8697	202576	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Médio.	
219	C.P.C./14.030	PT010304140066	Capela de São Sebastião. . .	Refojos de Basto	8231	203089	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Médio.	
220	C.P.C./14.031-032		Capela e Casa de Santa Comba.	Refojos de Basto	13014	204216	Edificado Religioso/Civil.	Capela.	Moderna.	Médio.	
221	C.P.C./14.035	PT010304140084	Vinha de Mouros.	Refojos de Basto	11707	205278	Arqueológico.	Forno.	Medieval/Moderna	Indeterminado	
222	C.P.C./14.036		Cadeia das Pereiras.	Refojos de Basto	11205	204602	Edificado Civil. . . .	Cadeia/Paço. . . .	Moderna.	Muito Elevado	
223	C.P.C./14.037		PT010304140004	Pelourinho das Pereiras. . .	Refojos de Basto	11225	204610	Edificado Civil. . . .	Pelourinho. . . .	Moderna.	
224	C.P.C./14.038	PT010304140068	Casa de Paredes.	Refojos de Basto	12865	203924	Edificado Civil. . . .	Solar.	Moderna.	Elevado.	
225	C.P.C./14.039		Quinta da Soalheira.	Refojos de Basto	13246	203789	Edificado Civil. . . .	Casa Rural.	Moderna/Contemporânea.	Elevado.	
226	C.P.C./14.040	PT010304140068	Casa da Portela.	Refojos de Basto	12478	205162	Edificado Civil. . . .	Palacete.	Contemporânea. . .	Médio.	
227	C.P.C./14.041		Casa da Ribeira.	Refojos de Basto	11178	205093	Edificado Civil. . . .	Casa Rural.	Moderna/Contemporânea.	Médio.	
228	C.P.C./14.044	PT010304140068	Fonte e Capela da Cerca. . .	Refojos de Basto	11657	204771	Edificado Civil/Religioso.	Fonte.	Moderna.	Médio.	
229	C.P.C./14.045	PT010304140068	Castro de Santa Comba. . .	Refojos de Basto	13135	204182	Arqueológico.	Pov. Fortificado	Idade do Ferro/Romana.	Indeterminado	
230	C.P.C./14.046	PT010304150095	Capela de São Sebastião. . .	Refojos de Basto	11848	204576	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Médio.	
231	C.P.C./14.048		Casas da Boavista.	Refojos de Basto	11790	205122	Edificado Civil. . . .	Conjunto Urbano	Contemporânea. . .	Médio.	
232	C.P.C./14.049		Capela da Senhora da Saúde	Refojos de Basto	12889	205903	Edificado Religioso	Capela.	Contemporânea. . .	Médio.	
233	C.P.C./14.050		Casa de Alvações.	Refojos de Basto	12080	202878	Edificado Civil. . . .	Solar.	Moderna.	Elevado.	
234	C.P.C./14.052-053		Mamoas do Alto da Gralheira	Refojos de Basto	13691	206442	Arqueológico.	Mamoas.	Neolítico/Idade do Bronze.	Indeterminado	
235	C.P.C./15.001		Igreja de Santo André de Riodouro.	Riodouro.	14354	208882	Edificado Religioso	Igreja.	Moderna/Contemporânea.	Elevado.	
236	C.P.C./15.002-003		Capela e Cruzeiro de Santa Barbara.	Riodouro.	14858	208420	Edificado Religioso	Capela.	Moderna/Contemporânea.	Médio.	
237	C.P.C./15.004		Cruzeiro de Cambezes. . . .	Riodouro.	14486	208831	Edificado Religioso	Cruzeiro.	Moderna.	Médio.	
238	C.P.C./15.005	Cividade de Cambezes. . . .	Riodouro.	14458	207011	Arqueológico.	Pov. Fortificado	Idade do Ferro/Romana.	Indeterminado		
239	C.P.C./15.006	Mamoas de Cambezes. . . .	Riodouro.	14897	207925	Arqueológico.	Mamoas.	Idade do Bronze. . .	Indeterminado		
240	C.P.C./15.007	Campas da Moira.	Riodouro.	15441	208040	Arqueológico.	Necrópole.	Medieval.	Indeterminado		
241	C.P.C./15.008-010	Necrópole Megalítica do Juncal.	Riodouro.	15801	208979	Arqueológico.	Necrópole.	Neolítico/Idade do Bronze.	Indeterminado		
242	C.P.C./15.011	Outeiro dos Moiros.	Riodouro.	14761	207515	Arqueológico.	Habitat temporário.	Idade do Bronze. . .	Indeterminado		
243	C.P.C./15.012	Penedo Ronhado.	Riodouro.	14909	206498	Arqueológico.	Abrigo?	Indeterminado. . . .	Indeterminado		
244	C.P.C./15.015	Capela de São Pedro.	Riodouro.	15580	210459	Edificado Religioso	Capela.	Contemporânea. . .	Médio.		
245	C.P.C./15.022	Monte do Castelo.	Riodouro.	16672	209914	Arqueológico.	Povoado.	Idade do Bronze. . .	Indeterminado		
246	C.P.C./15.026	Capela de São Tiago.	Riodouro.	16958	210466	Edificado Religioso	Capela.	Moderna.	Médio.		
247	C.P.C./15.031	Mamoas da Fonte Fria. . . .	Riodouro.	16659	211789	Arqueológico.	Mamoas.	Neolítico/Idade do Bronze.	Indeterminado		
248	C.P.C./15.032	Aldeia Velha de Toninha. . .	Riodouro.	15643	212354	Arqueológico.	Conj. Habitacional.	Medieval/Moderna	Indeterminado		

Número na planta de ordenamento	Número na planta do património cultural	Número na DGEMN	Designação	Freguesia	Coordenadas geográficas Datum 73		Tipologia	Tipo de sítio	Época	Valor cultural	Classificação
					X	Y					
N.º	ID	ID									
249	C.P.C./15.035		Capela da Senhora das Neves	Riodouro	17496	212693	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
250	C.P.C./15.036		Capela de São Bartolomeu	Riodouro	14156	210985	Edificado Religioso	Capela	Moderna/Contemporânea.	Médio	
251	C.P.C./15.040		Calçada Igreja — Teixugueiras.	Riodouro	14136	209923	Arqueológico/Edificado.	Via/Calçada . . .	Medieval/Moderna	Médio	
252	C.P.C./15.047		Capela de Santa Isabel	Riodouro	15548	213582	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
253	C.P.C./15.062-069		Necrópole Megalítica Portela de Asnela	Riodouro	16679	208947	Arqueológico	Necrópole	Neolítico/Idade do Bronze.	Indeterminado	
254	C.P.C./15.070		Mota de Eiró	Riodouro	12798	208804	Arqueológico	Mota	Medieval	Muito Elevado	
255	C.P.C./15.093		Quinta da Reboseira	Riodouro	16415	206056	Edificado Civil	Palacete	Contemporânea . . .	Médio	
256	C.P.C./15.097		Casa do Major	Riodouro	16436	206159	Edificado Civil	Casa Rural	Moderna/Contemporânea.	Médio	
257	C.P.C./15.102-104	PT010304150071	Casa da Eira, Capela e Torre	Riodouro	13405	208006	Edificado Civil Religioso.	Solar	Moderna	Elevado	
258	C.P.C./15.112		Capela de Nossa Sr.ª dos Remédios.	Riodouro	18891	210015	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
259	C.P.C./15.123		Capela de São Gonçalo	Riodouro	18194	208713	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	
260	C.P.C./16.001-002	PT010304160072/108	Igreja/Cruzeiro de Sto André	Vila Nune	14765	199023	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado	
261	C.P.C./16.003	PT010304160073	Casa de Além	Vila Nune	15015	199713	Edificado Civil	Solar	Moderna	Elevado	
262	C.P.C./16.004	PT010304160074	Casa da Granja	Vila Nune	14728	199087	Edificado Civil	Solar	Moderna	Elevado	
263	C.P.C./16.005		Corujeira	Vila Nune	13944	198467	Arqueológico	Casal	Medieval	Indeterminado	
264	C.P.C./16.008		Cabeço de Fajais	Vila Nune	14063	199770	Arqueológico	Casal?	Medieval/Moderna	Indeterminado	
265	C.P.C./17.001	PT010304170075	Igreja de São Lourenço	Vilar de Cunhas	23216	210328	Edificado Religioso	Igreja	Moderna	Elevado	
266	C.P.C./17.009		Casa do Outeiro	Vilar de Cunhas	24158	209015	Edificado Civil	Casa Rural	Moderna	Médio	
267	C.P.C./17.011		Casa da Fonte	Vilar de Cunhas	23975	208971	Edificado Civil	Casa Rural	Contemporânea . . .	Médio	
268	C.P.C./17.012		Calçada Cunhas — Moimenta.	Vilar de Cunhas	23374	208310	Arqueológico	Calçada	Medieval/Moderna.	Médio	
269	C.P.C./17.015		Casa de Chouzias	Vilar de Cunhas	24016	209007	Edificado Civil	Solar	Moderna	Elevado	
270	C.P.C./17.016		Capela de Santa Luzia	Vilar de Cunhas	23889	208941	Edificado Religioso	Capela	Moderna/Contemporânea.	Médio	
271	C.P.C./17.017		Fojo do Lobo da Uz	Vilar de Cunhas	21565	210578	Arqueológico	Armadilha de caça.	Moderna/Contemporânea.	Indeterminado	
272	C.P.C./17.018-019		Mamoas do Alto das Lameiras	Vilar de Cunhas	22003	210273	Arqueológico	Mamoas	Neolítico/Idade do Bronze.	Indeterminado	
273	C.P.C./17.020		Capela de São Mateus	Vilar de Cunhas	20465	211525	Edificado Religioso	Capela	Moderna	Médio	

Identificadores das imagens e respetivos endereços do sítio do SNIT (conforme o disposto no artigo 14.º da Portaria n.º 245/2011)

42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_1.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_2.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_3.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_4.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_5.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_6.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_7.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_8.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_9.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_10.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_11.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_12.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_13.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_14.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_15.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_16.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_17.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_18.jpg
 42513 — http://ssaigt.dgterritorio.pt/i/Planta_de_Ordenamento_42513_19.jpg
 611163941

MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA

Aviso n.º 3004/2018

Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira, presidente da Câmara Municipal de Constância:

Toma público, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 17.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana, estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado e republicado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, e de acordo com o n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que a Câmara Municipal de Constância, em reunião realizada no dia 01 de fevereiro de 2018, deliberou, por unanimidade, proceder à abertura de um período de 20 dias úteis para discussão pública do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana (PERU) da Área de Reabilitação Urbana (ARU) do Centro Histórico de Constância. O período de discussão pública terá início no 5.º dia útil contado a partir da data de publicação deste aviso no *Diário da República*.

O Programa estará disponível para consulta dos interessados na Divisão Municipal de Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Constância, localizada no Edifício dos Paços do Concelho, sito na Estrada Nacional 3, n.º 13, de segunda a sexta-feira no horário das 10:00h às 12:00h e das 14:00h às 15:30h e, no sítio da Internet do Município: www.cm-constancia.pt.

Os interessados poderão formular por escrito, reclamações, observações, sugestões ou pedidos de esclarecimentos sobre o PERU, até ao termo do referido período, dirigidos ao Presidente da Câmara Municipal de Constância através do formulário de participação disponibilizado ou, utilizando para o efeito a plataforma própria a que pode aceder no sítio da Internet do município.

16 de fevereiro de 2018. — O Presidente da Câmara Municipal, *Sérgio Miguel Santos Pereira de Oliveira*.

311139317

MUNICÍPIO DE CORUCHE

Aviso n.º 3005/2018

Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho, Vereadora da Câmara Municipal de Coruche, com competência delegada, em conformidade com a alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna público, que a lista unitária de ordenação final dos candidatos, homologada por despacho de 14 de fevereiro de 2018, pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativa ao procedimento concursal para o recrutamento de um Assistente Operacional, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, cujo aviso

de abertura foi publicado na 2.ª série do *Diário da República* n.º 111, de 08 de junho de 2017 e retificações publicadas na 2.ª série do *Diário da República* n.º 118, de 21 de junho de 2017 e n.º 173 de 7 de setembro de 2017, para o posto de trabalho DOE-12, se encontra disponível em www.cm-coruche.pt e afixada no átrio do Edifício dos Paços do Concelho, sito na Praça da Liberdade, em Coruche.

Nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 36.º, conjugado com a alínea b) do n.º 3 do artigo 30.º da referida portaria, os candidatos, incluindo os que tenham sido excluídos no decurso da aplicação dos métodos de seleção, foram notificados do ato de homologação da lista unitária de ordenação final.

16 de fevereiro de 2018. — A Vereadora, *Dr.ª Célia Maria Arsénio Barroso da Cruz Ramalho*.

311141796

MUNICÍPIO DE LOULÉ

Aviso n.º 3006/2018

Vitor Manuel Gonçalves Aleixo, Presidente da Câmara Municipal de Loulé, em cumprimento do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 191.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, em articulação com a alínea t) do n.º 1 do artigo 35.º e do artigo 56.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, que estabelece o Regime Jurídico das Autarquias Locais, toma público que, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião de 24 de janeiro de 2018, a Assembleia Municipal de Loulé, na reunião de 09 de fevereiro de 2018, deliberou aprovar, por unanimidade, uma alteração ao regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM), com a redação atual conferida pelo Aviso n.º 7430/2017, de 3 de julho (retificada pela Declaração de Retificação n.º 608/2017, de 15 de setembro).

Com a aprovação do Regime Extraordinário de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro, alterado pela Lei n.º 21/2016, de 19 de julho, foi criado um regime transitório para “regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da atividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública” (cf. preâmbulo do RERAE).

No âmbito deste quadro legal, foi prevista a obrigatoriedade da respetiva entidade competente em razão da matéria proceder à alteração do instrumento de gestão territorial e/ou da servidão e restrição de utilidade pública, que determine a desconformidade da atividade em causa com os mesmos (cf. n.º 1 do artigo 12.º e n.º 2 do artigo 13.º, ambos do RERAE).

Neste pressuposto, é dever do Município de Loulé definir uma estratégia de ordenamento e desenvolvimento do território consentânea com a evolução de que o mesmo tem sido alvo, assente numa política pública de promoção do desenvolvimento e coesão social, económica e territorial, no respeito pelas especificidades existentes.

Assim, enquadrados pelo disposto no RJIGT, conjugado com o artigo 12.º do RERAE, o Município de Loulé desencadeou um procedimento de alteração do PDM, tendo em vista sanar a desconformidade das atividades económicas, objeto de decisão favorável ou favorável condicionada, emitidas ao abrigo do RERAE.

Neste contexto e face às opções de estratégia ao nível da política municipal de ordenamento do território, esta alteração tem como objetivos:

a) Regularizar as atividades económicas locais existentes, com enquadramento no RERAE e de cuja conferência decisória tenha resultado uma deliberação favorável ou favorável condicionada.

Neste sentido, pretende-se legalizar as operações urbanísticas inerentes a estas atividades económicas, atualmente desconformes com o regime de uso do solo previsto no PDM de Loulé, de modo a garantir a sua continuidade de funcionamento e/ou a sua adaptação funcional às necessidades interpostas sectorialmente.

b) Promover as condições de funcionamento daquelas atividades económicas e incrementar o desenvolvimento económico concelhio.

Assim, o Município de Loulé desencadeou um procedimento de alteração do PDM, tendo em vista sanar a desconformidade das operações urbanísticas inerentes àquelas atividades económicas, criando-lhes, assim, condições de funcionamento. Por outro lado, propõe-se ainda reforçar o dinamismo local, a criação de emprego e de riqueza e a melhoria nos níveis de desenvolvimento e coesão territorial.

c) Racionalizar o investimento privado/público, na salvaguarda do ordenamento do território.

Este processo de alteração do PDM assenta ainda num princípio de racionalidade perante o investimento já efetuado, em detrimento de uma